debate

Capitalismo e pandemia do novo coronavírus: uma incerta história do tempo presente

A pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2) é um evento sanitário, social e político da época contemporânea superado apenas pela tragédia da gripe espanhola, um século atrás no tempo. Será possível, entretanto, readquirir um senso de normalidade social? Como ficará o mundo após o fim deste momento? O sistema econômico-social sob o qual vivemos está posto em questão? Assumindo estas inquietações como pressupostos ideológicos, o presente ensaio problematiza a emergência, dinâmica e desafios postos pela pandemia na conjuntura de uma história do tempo presente.

Palavras-chave: Capitalismo; pandemia do novo coronavírus; intensificação do trabalho; distanciamento social; história do tempo presente.

Debatedores:

Eduardo Stotz e José Augusto Pina
Capitalismo e pandemia do novo coronavírus: uma incerta história do tempo presente

Aluisio Gomes da Silva Junior
A pandemia de Covid 19: debatendo aspectos políticos e movimentos sociais

Marcelo Juvenal Vasco
Na pandemia os trabalhadores essenciais lutam pela vida

Eduardo Stotz e José Augusto Pina
A tendência ao agravamento das tensões entre capital e trabalho

debate

Capitalism and pandemic of the new coronavirus: an uncertain history of the present time

The new coronavirus pandemic (SARS-CoV-2) is a sanitary, social and political event of the contemporary era surpassed only by the Spanish flu tragedy, a century ago. Is it possible, however, to regain a sense of social normality? What will the world be like after this moment is over? Is the economic and social system under which we live called into question? Assuming these concerns as ideological assumptions, this essay discusses the emergence, dynamics and challenges posed by the pandemic in the context of a history of the present time.

Keywords: Capitalism; new coronavirus pandemic; intensification of work; social distancing; history of the present time.

Debatedores:

Eduardo Stotz e José Augusto Pina
Capitalism and pandemic of the new coronavirus: an uncertain history of the present time

Aluisio Gomes da Silva Junior
The Covid pandemic 19: debating political aspects and social movements

Marcelo Juvenal Vasco
In the pandemic essential workers fight for their life

Eduardo Stotz e José Augusto Pina
The tendency to worsen tensions between capital and work

debate

Capitalismo y pandemia del nuevo coronavirus: una historia incierta del momento presente

La pandemia del nuevo coronavirus (SARS-CoV-2) es un acontecimiento sanitario, social y político de la era contemporánea, solo superado por la tragedia de la gripe española, de un siglo atrás. Sin embargo, ¿es posible recuperar un sentido de normalidad social? ¿Cómo será el mundo después del final de este momento? ¿Se cuestiona el sistema económico y social en el que vivimos? Asumiendo estas preocupaciones como supuestos ideológicos, este ensayo analiza el surgimiento, la dinámica y los desafíos que plantea la pandemia en el contexto de una historia del tiempo presente.

Palabras clave: Capitalismo; pandemia del nuevo coronavirus; intensificación del trabajo; distanciamiento social; Historia de la actualidad.

Debatedores:

Eduardo Stotz e José Augusto Pina
Capitalismo y pandemia del nuevo coronavirus: una historia incierta del tiempo/momento presente

Aluisio Gomes da Silva Junior
La pandemia del covid 19: debatiendo aspectos políticos y movimientos sociales

Marcelo Juvenal Vasco
En la pandemia, los trabajadores esenciales luchan por la vida

Eduardo Stotz e José Augusto Pina
La tendencia al agravamiento de las tensiones entre capital y trabajo

Capitalismo e pandemia do novo coronavírus: uma incerta história do tempo presente.

Capitalism and pandemic of the new coronavirus: an uncertain history of the present time
Capitalismo y pandemia del nuevo coronavirus: una historia incierta del tiempo/momento presente

14-07-2020

Eduardo Stotz
DENSP/ENSP/FIOCRUZ
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
stotz@ensp.fiocruz.br
eduardostotz@gmail.com

José Augusto Pina
CESTEH/ENSP/FIOCRUZ
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
augusto@ensp.fiocruz.br

Aos que desanimam
Nós, com toda a escuridão
por cima dos ombro nos curvando,
com a potência de derrubar
toda ela ao levantar.

Diálogo de fim de turno
Já era? – pergunta o alemão.
Antes fosse, alemão,
antes fosse.
Golondrina Ferreira

Um terço da população mundial provavelmente encontra-se ainda, nos primeiros meses da emergência global de **saúde** pública, sob quarentena devido à pandemia do novo coronavirus (SARS-CoV-2)[1], um evento sanitário, social e político da época contemporânea superado apenas pela tragédia da gripe espanhola, um século atrás no tempo.

Contudo, vale perguntar se a pandemia atinge a todos da mesma forma. Porque afinal as pessoas estão divididas entre as que podem ou não estar em quarentena – a única medida de proteção viável até o momento dada a falta de uma vacina e de um medicamento eficaz contra o vírus.[2] Há quem possa retirar-se da convivência e isolar-se fisicamente em sua residência, enquanto outros se

[1] BBC News/Brasil, 25 de março: Coronavírus: um terço da população mundial está sob quarentena. Disponível em https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52040808
Acesso em 07.06.2020;

[2] A médica Patricia Rocco, chefe do Laboratório de Investigação Pulmonar do Instituto de Biofísica Carlos Chagas (UFRJ) afirma não existir consenso acerca da eficácia de nenhuma estratégia terapêutica para a Covid-19. Patricia Rocco. Enquanto a vacina não vem. O Globo Digital, 05.06.2020. https://blogs.oglobo.globo.com/a-hora-da-ciencia/post/enquanto-vacina-nao-vem.html. Acesso em 05.06.2020. A gravidade da situação pode ser avaliada melhor quando se estima que entre 6 e 41% da população exposta pode estar infectada sem manifestar sintomas e ainda assim, numa proporção desconhecida, transmitir secundariamente o vírus. O Estado de São Paulo, 09.06.2020: OMS esclarece que pacientes assintomáticos podem transmitir covid-19. Disponível em https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,oms-esclarece-que-pacientes-assintomaticos-podem-transmitir-covid-19,70003329478 Acesso em 15.06.2020;

encontram na contingência de continuar a trabalhar, em grande medida de modo mais intenso e a deslocar-se por meio de transporte coletivo na maioria das vezes superlotados, como acontece nas grandes cidades brasileiras.

O choque na vida cotidiana de bilhões de pessoas em quase todo planeta provoca inevitavelmente perguntas de cada uma sobre o que vai suceder consigo, seus familiares, o país e o resto do mundo, se receberá salário ou renda para comprar comida, pagar as contas. E, necessariamente: quem é responsável por tudo isso? Tais perguntas emergem, como assinala o Coletivo Chuang em texto de fevereiro de 2020, no contexto da quarentena imposta pelo governo da Republica Popular da China aos residentes em Wuhan, primeiro epicentro da pandemia:

> The quarantine, then, is like a strike hollowed of its communal features but nonetheless capable of delivering a deep shock to both psyche and economy. This fact alone makes it worthy of reflection.[3]

Desde a expansão mundial da epidemia, em janeiro de 2020, o elevadíssimo nível de infecciosidade, a persistência do vírus no ambiente, as complicações neurológicas em muitos pacientes, a letalidade entre jovens com co-morbidades, a brutal retração da atividade econômica e o desemprego em massa foram, entre outros aspectos, causas de pânico e de revolta em várias partes, simultaneamente com as informações sobre a demora na produção de uma vacina permitem que se faça a projeção da recorrência de ondas epidêmicas com duração de até dois anos (Kissler et al., 2020). Enquanto escrevemos, manifestações acontecem em vários países, marcadas por forte indignação contra as raízes da profunda desigualdade, trazidas à tona da superfície pelo abalo da pandemia. Ansiedade e divisões caracterizam os protestos.

Todos estes fatos e preocupações nos fazem repensar. As questões propostas pelo Coletivo Chuang podem, então, se desdobrar em outras. Será possível readquirir um senso de normalidade social? Como ficará o mundo (admitindo-se a superação da epidemia) após o fim deste momento? O sistema econômico-social sob o qual vivemos está posto em questão? Que consequências advirão daí? Assumindo estas inquietações como pressupostos ideológicos, o presente ensaio analisa a emergência, dinâmica e desafios postos pela pandemia do novo coronavirus na conjuntura de uma história do tempo presente, compreendido entre a segunda quinzena de dezembro de 2019 e a primeira de julho de 2020.

[3] "A quarentena, então, é como uma greve oca de suas características comunais, mas mesmo assim capaz de causar um choque profundo na psique e na economia. Somente esse fato já a torna digna de reflexão." (Coletivo Chuang, 2020, p. 19, conforme a tradução para o português de Amauri Gonzo). O original Chuang. Social Contagion: Microbiological Class War in China. Disponível em http://chuangcn.org/2020/02/social-contagion/ Acesso em 02 de abril de 2020.

ABORDAGEM ADOTADA NO ESTUDO

Cada forma de organização produtiva e social conhecida na história da humanidade comporta uma dinâmica específica de relação entre populações humanas e microorganismos, com a correspondente expressão dos fenômenos coletivos de morbi-mortalidade. Esta dinâmica implica a existência de representações sobre a doença, a morte e as formas de lidar com estes eventos.

Na sociedade organizada com base no modo de produção capitalista a busca do controle dos processos epidêmicos implicou, durante o século XIX, uma divisão entre os defensores e opositores do contagionismo. Para os primeiros, impunha-se a quarentena das pessoas e das mercadorias, medida muito antiga já em vigência desde os tempos da pandemia da peste negra na Europa do século XIV, reconhecida como indispensável para deter o surto epidêmico e sua expansão. Os anticontagionistas defendiam como alternativa a limpeza das comunidades urbanas e se opunha a tal medida. Terris (2005) transcreve uma passagem bastante esclarecedora de Erwin Heinz Ackernecht sobre a relação entre ciência, política pública e interesses econômicos, que aqui reproduzimos:

> As quarentenas significavam, para a classe rapidamente crescente dos comerciantes e industriais, uma fonte de perdas, uma limitação à expansão, uma arma do controle burocrático que eles não queriam mais tolerar, e esta classe estava muito naturalmente, com sua imprensa e deputados, seus recursos materiais, morais e políticos, por trás daqueles que mostravam que o fundamento científico da quarentena não existia, os quais, de qualquer jeito, eram geralmente filhos dessa mesma classe. O contagionismo se tornou, através de sua associação com as velhas forças burocráticas, suspeito para todos os liberais que tentavam reduzir a interferência do estado a um mínimo. 4

Apesar dos interesses em jogo, as doenças eram vistas sempre sob um ponto de vista externo ao processo de acumulação de capital. Exceção deve ser feita aos pensadores da Medicina Social (Virshow, Guérin, Villermé) que propuseram reformas sanitárias durante o período revolucionário de 1848, defendendo o princípio da relevância dos efeitos das condições econômicas e sociais sobre a saúde e a doença e que, em conseqüência, as medidas para combater a doença deveriam ser tanto sociais como médicas (Rosen, 1994). Mas esta posição foi derrotada junto com as revoluções democrático-burguesas na França e na Alemanha.

Quando um ponto de vista contrário à teoria miasmática da doença – e da aristotélica concepção de geração espontânea de vida que lhe era inerente – surgiu com a bacteriologia, a unidade entre capital e ciência tomou forma e se tornou hegemônica. O começo da era da medicina científica em que ainda nos encontramos teve seu expoente em Louis Pasteur. Contudo, ele não era o único.

[4] ACKERNECHT, Erwin Heinz. Anticontagionism Between 1821 and 1867. Bull. Hist. Med. 22 (1948): 462-93. Apud TERRIS (2005).Ver também Rosen (1994).

Latour (1988) pergunta sobre as razões do sucesso de Pasteur e responde com sua teoria de "ciência em ação". Assinala uma rede de forças operando na direção em que ele se encaminhava, a saber, o movimento de saúde pública, os médicos e os interesses coloniais. Acrescentemos: e os interesses capitalistas.[5]

A bacteriologia, com aplicação de vacinas para combater agentes etiológicos específicos, centrada numa compreensão unicausal, permitiu a prevenção das doenças, solução técnica para problemas sociais e de legitimação do Estado. Contudo, em que pese a derrota política da Medicina Social em 1848, os reformistas sociais e médicos continuaram ativos na Europa e América. As lutas dos operários ingleses para reduzir a jornada de trabalho e restringir a participação das mulheres e das crianças nas fábricas têxteis na década de 1850 obtiveram apoio desses reformistas e as reivindicações conseguiram transformar-se em leis, de modo que é válida a suposição de que a saúde era (e continua a ser) luta.

Assim, quando se pensa o processo saúde-doença em termos de prevalência e distribuição na sociedade é fundamental entender a relação de tal processo sanitário com o modo de exploração da força de trabalho e o papel desempenhado pelo exército de reserva para a acumulação de capital. Na medida em que estamos a falar deste tipo de relação social, teremos de admitir seu caráter conflitivo. A determinação da saúde e da doença pelo capital é sempre sobredeterminada pela luta de classes. Stark (1977) aponta este aspecto com bastante clareza, ao observar como as epidemias tensionam a relação entre capital e trabalho e levaram à intervenção do Estado.

A problemática é recolocada sempre que o contexto de infecções pandêmicas obriga a estabelecer medidas de controle sanitário.

No século XX as três pandemias de gripe mais notáveis foram a da gripe espanhola (1918), a gripe asiática (1957) e a gripe de Hong Kong (1968). De maior relevância em termos de abrangência e impacto (as estimativas quanto ao número de mortos oscila entre 25 e 50 milhões de pessoas em todo o mundo), a gripe espanhola foi provocada por um vírus do subtipo H1N1. A controvérsia acerca da origem não deixa de apontar a relação de comunicação viral entre seres humanos e animais domésticos e selvagens ou transferência zoonótica.

[5] Pasteur, professor de Química e reitor da Faculdade de Ciências de Lille, na França, dedicava-se a estudar a fermentação quando foi instado a uma investigação por um de seus alunos para descobrir as razões da deterioração da cerveja e do vinho que freqüentemente ocorria na produção dessas bebidas alcoólicas. Lille era então um importante centro industrial deste ramo. A pesquisa conduziu-o à descoberta de que a fermentação era produzida por microrganismos vivos que possuíam vida anaeróbica. Os resultados alcançados puderam também demonstrar definitivamente o equívoco da teoria da geração espontânea da vida. (Rosen, 1994)

As epidemias subseqüentes durante o século XX foram menos graves. No começo deste século XXI, a partir de 2003 e até 2008, teve ocorrência de um surto de influenza A do subtipo H5N1, conhecida como gripe aviária (Andrade, et al, 2009). Apesar da epidemia ter sido caracterizada como a ameaça do século XXI, por afetar mais crianças e adultos jovens, não teve impacto tão grande quanto a pandemia de influenza A subtipo H1N1 que, entre 2009 e 2010 atingiu 1.632.710 casos e 18.449 mortes, dados confirmados (OMS) e estimativa de ter alcançado entre 700 milhões e 1,4 bilhão de pessoas (Roos, 2011). A pandemia foi denominada de gripe suína, por ter se iniciado em La Gloria, distrito de Perote (Mexico), onde se encontrava a criação de porcos das granjas Carroll, subsidiária da Smithfield Foods (EUA).

Wallace (2020) menciona o surgimento de uma diversidade de epidemias com novas cepas apenas neste século (XXI): peste suína africana, Ebola, febre aftosa, hepatite E, Zika e novas variantes da gripe A, incluindo H1N1 (2009), H1N2v, H3N2v, H5N1, H5N2, H5Nx, H6N1, H7N1, H7N3, H7N7, H7N9 e H9N2.

A atual pandemia do novo coronavirus (SARS-CoV-2)[6] dá a verdadeira dimensão das ameaças cujo alerta vinha sendo dado pelo viés da bacteriologia e das medidas propugnadas do ponto de vista epidemiológico sem buscar, ainda outra vez, a sua determinação no processo de acumulação do capital.

No artigo "Por que o H1N1 não parou economias como a pandemia de coronavirus?" Rafael Barifouse[7] observa que a epidemia do H1N1 de 2009-2010 não colocou cidades ou nações inteiras em quarentena. Apontando a relutância e mesmo a reação de alguns governos, a exemplo do presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, às medidas mais drásticas adotadas em países como Argentina, o articulista analisa as características epidemiológicas da epidemia do novo coronavirus em comparação com a do H1N1.

---

[6] Coronavírus é uma família de vírus que causam infecções respiratórias. O novo agente do coronavírus (SARS-CoV-2) foi descoberto em 31 de dezembro de 2019, após casos registrados na China, e provoca a doença chamada de coronavírus (COVID-19). Os coronavírus humanos foram isolados pela primeira vez em 1937. No entanto, apenas em 1965, o vírus foi descrito como coronavírus, em decorrência do perfil na microscopia, parecendo uma coroa. (Secretaria de Saúde da Bahia http://www.saude.ba.gov.br/temasdesaude/coronavirus/) Ao todo, sete coronavírus humanos (HCoVs) já foram identificados: HCoV-229E, HCoV-OC43, HCoV-NL63, HCoV-HKU1 (que causam resfriado comum), SARS-COV (que causa síndrome respiratória aguda grave), MERS-COV (que causa síndrome respiratória do Oriente Médio) e o, mais recente, novo coronavírus (que no início foi temporariamente nomeado 2019-nCoV e, em 11 de fevereiro de 2020, recebeu o nome de SARS-CoV-2). Esse novo coronavírus é responsável por causar a doença COVID-19. (OPAS Brasil. Disponível em https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875 Acesso em 10.06.2020.

[7] BBC News Brasil, Por que o H1N1 não parou economias como a pandemia de coronavírus? 30 de março. Disponível em https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52078906 Acesso em 10.06.2020.

Resumidamente: a pandemia do SARS-CoV-2 atingiu 12.102.328 casos confirmados até 10 de julho de 2020, mais de sete vezes do que as ocorrências do H1N1 entre janeiro de 2009 e agosto de 2010.[8] Esta diferença tem a ver com o nível de transmissibilidade/infecciosidade maior: enquanto uma pessoa com H1N1 era capaz de infectar 1,5 pessoas, o SARS-Cov-2 teria uma taxa estimada em 2,5 (Petersen et., 2020), ou seja, bem mais transmissível. A taxa de letalidade da COVID-19 ainda não é consensual, porque o nível de testagem é baixo e o sistema de diagnóstico está saturado. A OMS estima em março uma taxa de letalidade de 3,4%[9], enquanto pesquisadores do Imperial College, da Universidade de London e da Universidade de Oxford, com base em dados da epidemia na China, estimaram esta taxa em 1,38% (Verity et al., 2020). A letalidade com base nos dados mundiais até 13 de julho de 2020 do painel do Centro de Ciências de Sistemas e Engenharia da Universidade John Hopkins é de 4,4.[10]

Na medida em que nenhuma pessoa tem ainda imunidade contra o SARS-Cov-2, bem como inexistir antiviral para combatê-lo e diante do nível de transmissão/infecciosidade da doença e letalidade, os sistemas de saúde passam a ficar sobrecarregados e estão sob ameaça de entrar em colapso. Não existe, em decorrência, até o momento, outra medida não farmacológica de controle do que a quarentena com a suspensão de atividades econômicas e distanciamento social entre as pessoas. Mas esta medida, como apontamos acima, vai contra a lógica da acumulação de capital.

Marcel Balassiano, economista da área de Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia (FGV IBRE) refere-se a magnitude da "crise de saúde" para a economia ao apontar para a relevância da redução das atividades do setor de serviços, uma vez que corresponde a mais de 60% do PIB. O economista defende a necessidade da medida de isolamento social mas afirma que "não pode ser muito prolongada para não ter um impacto pior do que o da própria economia".[11]

As pressões para "flexibilizar" a quarentena tem sido constantes no meio empresarial, com apoio do governo federal e, desde maio, se acentuado. Governos como os do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo adotaram planos de retomada das atividades econômicas sob monitoramento

[8] OPAS - Brasil. Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus). 10 de julho de 2020. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875

[9] World Health Organization. WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19 - 3 March 2020 [Internet]. World Health Organization; 2020. Disponível em: https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---3-march-2020. Acesso em 10 março 2020.

[10] COVID-19 Dashboard by the Center for Systems Science and Engineering (CSSE) at Johns Hopkins University (JHU). 13 de julho de 2020. Disponível em: https://gisanddata.maps.arcgis.com/apps/opsdashboard/index.html#/bda7594740fd40299423467b48e9ecf6. Acesso em 13 julho 2020.

[11] Citado na matéria da BBC News Brasil, nota 7.

sanitário, mas o aumento do número de casos e de mortes tem levado a uma revisão errática das medidas de liberação das atividades econômicas.

Quais as razões para a "flexibilização" das medidas de distanciamento social e da quarentena e para a retomada das atividades econômicas neste cenário?

Para tentar responder a esta pergunta, o presente ensaio considera, na primeira parte, apresentada nos tópicos "Breves registros históricos sobre a pandemia", "As origens" e "Alguns aspectos políticos da pandemia", a interconexão entre as dimensões sanitárias e econômicas e políticas da crise mundial.

O desvendamento da natureza da relação entre as dimensões sanitárias e as econômicas e políticas presentes na situação de emergência global do capitalismo em sua fase atual constitui o objeto da segunda parte do ensaio, desenvolvida nos tópicos "Capitalismo e quarentena" e "Economia e política: o caso brasileiro".

Por ultimo, na terceira parte apresentada no tópico "Conflitos e lutas", analisa-se a situação dos trabalhadores sujeitos à intensificação do trabalho e simultaneamente à maior exposição de sua saúde.

Como o título indica, adotamos aqui a perspectiva de escrita de um capítulo da história do tempo presente, concepção de história debruçada sobre os fatos do presente associada à idéia de um conhecimento provisório, a ser retificado e reescrito à luz de novas fontes sobre as evidências que se quer construir a respeito dos fatos. Um desafio enorme em razão da superabundância de informações e a uma dependência relativa dos fatos noticiados pela grande mídia. (Bedarida, 2002; Delgado e Ferreira, 2013; Dosse, 2012; Hobsbawm, 1994;1997)

A relevância de investigações sob a perspectiva da história do tempo presente vinculada à história pública é notável nos processos sociais considerados traumáticos, como as guerras, massacres e genocídios, ditaduras, crises ssociais e outras situações consideradas extremas. (Delgado e Ferreira, 2013) Dentre estas outras situações as pandemias, certamente.

OBSERVAÇÕES QUANTO À TERMINOLOGIA

Nossa abordagem deve considerar, preliminarmente, a necessidade de indicar com maior precisão alguns dos termos utilizados nas medidas de controle da pandemia no Brasil.

As medidas adotadas pelo governo brasileiro estão genericamente definidas nos termos "isolamento" e "quarentena", constantes no Decreto n. 10.212, de 30 de janeiro de 2020, que ratifica e faz uma revisão do Regulamento Sanitário Internacional acordado na 58ª Assembléia Geral da

Organização Mundial de Saúde, de 23 de maio de 2005[12] e na Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.[13]

A leitura desta legislação permite identificar uma dificuldade em distinguir isolamento de quarentena, mas pode-se dizer que o destaque do primeiro termo é conferido à separação das pessoas doentes ou contaminadas, enquanto no último, recai na restrição das atividades e movimentos das pessoas suspeitas de contaminação (AQUINO et al., 2020). [14]

A dificuldade em definir os termos ou seu caráter polissêmico reside no campo da política e esta, por sua vez, no da percepção pública dos riscos à saúde pública acarretados, de um lado, pelas condições da atenção à saúde (sobretudo hospitalar) e, por outro, pela defesa dos interesses dos distintos grupos sociais numa sociedade de base capitalista. Evan Stark (1977) afirma que medidas de enfrentamento da crise sanitária são adotadas conforme os conflitos políticos implicados no curso das epidemias.

Assim, é importante observar que o "distanciamento social" não constou inicialmente do rol de medidas do governo federal para enfrentamento da emergência de saúde pública passiveis de serem adotadas, relacionadas no artigo 3, da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Ocorre que, após estados e municípios adotarem medidas de "distanciamento social", esse termo foi incorporado pelo governo federal, particularmente pelo Ministério da Saúde (MS). No entanto, com a definição de duas modalidades: distanciamento social ampliado (DAS) e distanciamento social seletivo (DSS), além de critérios para transitar do primeiro para o segundo.

> A partir de 13 de abril, os municípios, Distrito Federal e Estados que implementaram medidas de Distanciamento Social Ampliado (DSA), onde o número de casos confirmados não tenha impactado em mais de 50% da capacidade instalada existente antes da pandemia, devem iniciar a transição para Distanciamento Social Seletivo (DSS).15

---

[12]Brasil. Poder Executivo. Secretaria-Geral http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Decreto/D10212.htm Acesso em 05/06/2020.

[13]Brasil. Poder Executivo. Secretaria-Geral http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm Acesso em 05/06/2020

[14] O termo dicionarizado "quarentena" é definido como o período de 40 dias de isolamento ou de reclusão às quais antigamente estavam sujeitas as pessoas e mercadorias oriundas de país atacado por epidemia. O termo tem por origem a prática, que remonta aos fins do período medieval europeu, da imposição de incomunicabilidade, durante quarenta dias, aos navios procedentes de determinadas áreas, sobretudo do oriente, epidêmicas. Na prática atual, a quarentena corresponde ao período máximo de incubação da doença. (LESER et al., 1985).

[15] Ministério da Saúde (Brasil). Secretaria de Vigilância em Saúde. Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública para Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COE-nCoV). Especial: doença pelo Coronavírus 2019. Boletim Epidemiológico. n. 7:1-28. Brasília, DF, 06 abr 2020. Disponível em: https://www.saude.gov.br/images/pdf/2020/April/06/2020-04-06-BE7-Boletim-Especial-do-COE-Atualizacao-da-Avaliacao-de-Risco.pdf) Acesso em 05/06/2020.

Os critérios para caracterização do "distanciamento social" e de sua flexibilização ou término, definidos pelo MS, estão restritos à capacidade dos serviços de saúde, sem considerar indicadores de vigilância epidemiológica como taxa de transmissão da Covid-19 (Rt), capacidade de testagem para diagnóstico e isolamento dos doentes e quarentena dos contatos, evolução dos casos e mortes em cada local do país (AQUINO et al., 2020). Parece um critério desprovido de fundamentação científica, sem observar a experiência nacional e a internacional de enfrentamento da pandemia e com a recomendação para implantação da medida nos momentos de plena expansão da Covid-19 no Brasil, inclusive na cidade de São Paulo em abril de 2020, quando o MS, na gestão Mandetta, mostrou-se[16] mais preocupado em justificar a flexibilização ou o fim das medidas de "distanciamento social" (AQUINO et al., 2020).

Assim, o "distanciamento social" orientado apenas para isolar os grupos de pessoas com maior risco (idosos, pelas co-morbidades, mulheres com gravidez de risco) recebeu do MS o adjetivo de seletivo. Ou seja, a seletividade do distanciamento social equivale ao chamado "isolamento vertical", defendido publicamente no final de março pelos presidentes dos EUA e Brasil.[17] O sucesso dessa medida é questionável pela convivência familiar e de trabalho entre as pessoas com mais e com menos de 60 anos, amplamente disseminadas na sociedade. Em contraposição, o distanciamento social, medida de controle da pandemia que estabelece restrição à circulação das pessoas independentemente de sua situação de saúde, implica em fechamento das atividades e locais de aglomeração pública (escolas, eventos esportivos, culturais, religiosos, etc.). É vista pela OMS como a melhor medida para reduzir a interação entre pessoas e diminuir a propagação do vírus na população.

O distanciamento social permite planejar o melhor uso dos serviços de saúde, ainda mais importante quando há pouca estrutura para rastrear casos. É a medida considerada capaz de "achatar a curva epidêmica", ainda que à custa de prolongar o período da epidemia.

A eventual ineficácia destas medidas pode conduzir a autoridade pública a uma intervenção mais drástica, como o bloqueio total de uma comunidade, cidade ou região, voltado a interromper o processo de contágio ao restringir a circulação das pessoas, exceto por um breve período de tempo

[16] Brasil. Ministério da Saúde (MS). Boletim Epidemiológico Especial 7: doença pelo coronavírus 2019. Brasília: MS; 2020. Acesso em 05/06/2020.

[17] Sanches, Mariana. O que é o isolamento vertical que Bolsonaro quer e por que especialistas temem que cause mais mortes? BBC News Brasil em Washington, 25 março 2020. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52043112. Acesso em 05/06/2020.

para aquisição de medicamentos, alimentos e cuidados com a saúde. Corresponde a um cordão sanitário, também denominado de contenção comunitária, quarentena comunitária ou *lockdown*.[18]

Tais medidas seriam cabíveis enquanto partes das respostas políticas dos governos face aos desafios postos pelas epidemias em diferentes fases, a saber: contenção, mitigação, supressão e recuperação (Werneck e Carvalho, 2020).

Outros autores, como Wallace et al (2020), lançam mão dos termos mitigação e supressão para caracterizar estratégias ou planos de enfrentamento da pandemia. Estes autores observam que a tipificação acima envolve graus variados de intervenção estatal com impactos diferentes no número de doentes e de mortos ao longo do tempo de duração da epidemia, mas advertem que qualquer tipo adotado acaba por deixar de lado o fato relevante de que as causas estruturais também deveriam fazer parte das medidas emergenciais.

No presente ensaio, adotamos, com base em Aquino et al (2020), o seguinte entendimento para os termos: isolamento – separação das pessoas doentes ou infectadas das pessoas sãs, ou seja, isolamento dos casos; quarentena – restrição das atividades e movimentos das pessoas suspeitas de contaminação; distanciamento social – redução da interação entre as pessoas em uma comunidade para diminuir a velocidade de transmissão do vírus.

BREVES REGISTROS HISTÓRICOS SOBRE A PANDEMIA

Apesar da informação (rumores) da ocorrência de uma epidemia grave na cidade de Wuhan, província de Hubei, na Republica Popular da China[19], oficialmente a Organização Mundial da Saúde (OMS) recebe alerta do governo daquele país somente no dia 31 de dezembro de 2019 a respeito de

[18] TelessaúdeRS. Qual a diferença de distanciamento social, isolamento e quarentena? https://www.ufrgs.br/telessauders/posts_coronavirus/qual-a-diferenca-de-distanciamento-social-isolamento-e-quarentena/. Acesso em 20/06/2020.

[19] A informação teria circulado entre os profissionais de saúde do Hospital Central de Wuhan a partir de mensagens por e-mail do oftalmologista Li Wenliang, 34 anos, alertando para o surgimento de um vírus com sintomas semelhantes à Sindrome Respiratórtia Aguda Grave (SARS). Em 30 de dezembro, ele teria sido convocado pelas autoridades do município a prestar depoimento e sofreu repreensão por divulgar rumores. Li adoeceu e faleceu em decorrência da infecção pelo coronavirus no dia 6 de fevereiro de 2020. Fontes: Blog Chuang: Social Contagion: Microbiological Class War in China. Fev 2020. Disponivel em http://chuangcn.org/2020/02/social-contagion/ Acesso em 05.06.2020. RTP – Emissora pública de televisão de Portugal - Lisboa "Coronavírus: China abre inquérito após morte de médico que fez alerta Li Wenliang trabalhava no Hospital Central de Wuhan e avisou colegas". Disponível em https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2020-02/coronavirus-china-abre-inquerito-apos-morte-de-medico-que-fez-alerta Acesso em 03.06.2020 Acesso em 03.06.2020. "Coronavírus: O médico chinês que tentou alertar colegas sobre surto, mas acabou enquadrado pela polícia e infectado pela doença", por Stephanie Hegarty, da BBC World Service, 4 fevereiro 2020. https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51369300 Acesso em 03.06.2020.

casos de pneumonia[20]. Uma semana depois, as autoridades chinesas confirmam a identificação de um novo tipo de coronavírus. [21] No final de janeiro de 2020 a OMS declara que o surto de coronavirus constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. O número de casos cresce assustadoramente na China e na Asia, expandindo-se pelo continente europeu e alcançando os Estados Unidos da América. Em 27 de janeiro de 2020, o Centro Chinês para Controle afirmaria ter isolado "com sucesso o novo coronavírus (2019-nCoV) nas amostras ambientais de um mercado de frutos do mar em Wuhan, indicando que o vírus veio de animais selvagens vendidos no local."[22] No dia 11 de fevereiro de 2020 o vírus recebe o nome de SARS-CoV-2, sendo considerado responsável por causar a doença desde então conhecida pela sigla COVID-19. Então, em 11 de março a OMS declara a pandemia do novo coronavirus.[23]

No final do mês de fevereiro, quando a OMS informa os primeiros casos da epidemia fora da China, com destaque para os países da Europa [24], dentre os quais inicialmente a Itália, observamos as características da dinâmica política das epidemias apontadas por Evan Stark (1977) no caso da febre amarela em New Orleans, no ano de 1853 por ele estudado: surto; negação pelas autoridades e fuga dos burgueses; colapso da autoridade e desafio da população trabalhadora, com a tentativa de reconstruir a saúde em seus próprios termos; declaração da epidemia pelas autoridades para restaurar a ordem burguesa, tornando a paralisação dos negócios oficial e instituindo as medidas governamentais de controle. Assim, ao final, a autoridade é reconstituída, inclusive com a

[20] O evento foi registrado e comentado pela Secretaria de Vigilância em saúde do Ministério da Saúde no Boletim Epidemiológico n. 1, de janeiro de 2020, em sua 51ª edição, disponível em: https://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2020/fevereiro/04/Boletim-epidemiologico-SVS-04fev20.pdf Acesso em 04.06.2020. Conforme "Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus) da OPAS Brasil", disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875 a OMS tem trabalhado com autoridades chinesas e especialistas globais desde o dia em que foi informada. Acesso em 05.06.2020.

[21] O informe da OMS, replicando o da China, afirma que os sete pacientes internados em quarentena no hospital "estavam ligados de alguma forma ao mercado de Huanan, em Wuhan".

[22] "China detecta grande quantidade do novo coronavírus no mercado de frutos do mar em Wuhan" Notícia do site Xinhua Português http://portuguese.xinhuanet.com/2020-01/27/c_138737245.htm Acesso em 05.06.20

[23] "Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus) da OPAS Brasil". Op. cit. nota 20.

[24] Estudo realizado pelo Laboratório de Los Alamos, do governo dos EUA, identificou uma alteração genética no coronavirus quando este começou a se espalhar pela Europa. Apesar de não ser mais agressiva do que a original, a cepa do vírus contendo a mutação aumentou a infectividade e ameaçaria a efetividade clínica das primeiras vacinas. A mutação foi identificada nos EUA, Brasil, Mexico e mesmo na China, onde a pandemia começou. Bruno Garatonni. Coronavirus sofre mutação e se torna mais contagioso, aponta estudo. Superinteressante, 7 de maio de 2020. Disponível em https://super.abril.com.br/blog/bruno-garattoni/coronavirus-sofre-mutacao-e-se-torna-mais-contagioso-aponta-estudo/ Acesso em 12.06.2020.

oficialização das iniciativas populares menos ameaçadoras, absorvendo-as na ação estatal [25] e a sociedade pode então voltar à "normalidade" de seu cotidiano opressivo.

No Brasil o processo de notificação da pandemia encontra-se relatado numa cronologia publicada pelo Ministério da Saúde. [26] O governo do Brasil declara a epidemia de coronavírus Emergência de Saúde Pública Nacional no dia 3 de fevereiro. Começa, no dia 5 de fevereiro, uma missão de repatriamento de brasileiros residentes em Wuhan. No dia 6 é sancionada a Lei de Quarentena, Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Três dias depois 58 brasileiros repatriados chegam na base aérea de Anápolis (Goiás). Após a quarentena cumprida, tendo passado por três testes com resultados negativos e, estando assintomáticos, recebem em 22 de fevereiro certificado de estado de saúde livre de doença pelo novo coronavírus. [27] No dia 26 de fevereiro é confirmado o primeiro caso da COVID-19 no Brasil. [28]

ORIGENS

De acordo com a OMS, as origens da epidemia parecem estar ligadas a trabalhadores vinculados ao mercado de Wuhan. Mas os argumentos contrários levantados por Wallace (2020) sugerem uma determinação mais complexa. O autor, admitindo evidências epidemiológicas a favor da hipótese oficial, afinal uma parte pequena das amostras feitas no mercado de Wuhan (5,64%) foi positiva para COVI-19, observam que deste percentual apenas 41% provinha das ruas do mercado onde a vida selvagem estava alojada. Mais importante:

> ...um quarto dos infectados nunca visitou o mercado de Wuhan ou apareceu diretamente exposto. O primeiro caso foi identificado antes do mercado ser atingido.

Para Robert Wallace (2016) a explicação remete à relação da etiologia das epidemias recentes (como a da gripe aviária, em 2003, e a da gripe suína, em 2009) com o sistema capitalista em dois níveis: com o agronegócio (a organização capitalista da agricultura para o mercado em larga escala) e a expansão da fronteira agrícola. O autor destaca a importância da inter-relação entre esses níveis em países cuja paisagem rural é caracterizada por um agronegócio desregulamentado e a urbanização

[25] Como demonstra o estudo de ITURRI (1994)

[26] Brasil. MS. Resposta nacional e internacional de enfrentamento ao novo coronavírus. Linha do tempo. Disponível em https://coronavirus.saude.gov.br/linha-do-tempo Acesso em 05.06.2020.

[27] Boletim n. 13: Operação Regresso à Pátria Amada Brasil. disponível em https://www.defesa.gov.br/noticias/66230-boletim-n-13-operacao-regresso-a-patria-amada-brasil Acesso em 05.06.2020

[28] Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico Especial - 16 | se 21 - 18 de maio de 2020. Disponível em https://www.saude.gov.br/images/pdf/2020/May/21/2020-05-19---BEE16---Boletim-do-COE-13h.pdf Acesso em 10.06.2020.

que, devido a suas peculiaridades[29], funcionam como uma "panela de pressão evolutiva" (Chuang, 2020) quando colocam em contato animais selvagens (reservatórios de vírus) e domésticos e propiciam a chamada transferência zoonótica para os seres humanos (Chuang, 2020).

Ainda segundo Wallace et al [30], o foco nas áreas de surgimento do surto obstrui as relações compartilhadas pelo capital monopolista e financeiro em escala global que "moldam as epidemiologias". Esse capital fomenta formas intensivas e extensivas da produção agroindustrial, induzindo alterações no uso da terra no sentido de sua degradação ambiental favorecendo o surgimento de doenças em regiões pobres do mundo.

> Preparar carne de animais selvagens e enterros em casa são duas práticas a que se atribui culpa pelo surgimento de novos patógenos. Traçar geografias relacionais, ao contrário, transforma repentinamente Nova York, Londres e Hong Kong, principais fontes de capital global, em três dos piores hotspots do mundo.

Esta explicação, obviamente, foi recusada pelo governo dos Estados Unidos da América. Pelo contrário, Donald Trump apontou a origem laboratorial do vírus. A polêmica entre este governo e o da Republica Popular da China foi desencadeada a partir da divulgação, pelo jornal Washington Post e do canal de televisão Fox News, de que o vírus pode ter escapado acidentalmente do laboratório de virologia existente em Wuhan. A denúncia do governo americano apontando a origem laboratorial do vírus[31] é descartada no estudo realizado por observadores independentes, pesquisadores das universidades dos Estados Unidos, Austrália e Reino Unido, publicado na revista Nature Medicine: "o SARS-CoV-2 não é uma construção de laboratório ou um vírus propositadamente manipulado" (Andersen et al., 2020). Projetam-se aí os desdobramentos da competição econômica, com dimensão geopolítica, entre os dois países, assunto a ser abordado adiante.

---

[29] A agricultura é caracterizada por uma relação entre grandes e pequenas fazendas, estas, por sua vez, tendem a expandir a fronteira agrícola, floresta adentro. Por outro lado, o aumento da demanda de animais selvagens para consumo "constrói novas cadeias globais de mercadorias de 'bens selvagens'" e modificam a interface entre o humano e o não-humano. (Coletivo Chuang, 2020)

[30] Uma versão desse texto em português encontra-se disponível em: http://www.esquerdadiario.com.br/O-COVID-19-e-os-circuitos-do-capital

[31] A denúncia estaria associada à existência de um laboratório de biotecnologia em Wuhan. No caso trata-se do Instituto Nacional de Virologia, instituição de segurança máxima de nível 4. De acordo com UOL Notícias de 18.04.2020, as autoridades do Instituto declararam "ter recebido em 30 de dezembro o novo coronavirus, até então desconhecido. Em 2 de janeiro, determinou o seqüenciamento do genoma viral, e submeteu a informação sobre o patógeno à Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de janeiro." https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2020/04/19/o-laboratorio-de-wuhan-no-centro-de-uma-polemica-mundial.htm Acesso em 08.06.2020.

ALGUNS ASPECTOS POLÍTICOS DA PANDEMIA

Situemos, porém, alguns aspectos deste processo colocados em relevo por Giorgio Agamben no caso da Itália. O mais significativo é a instituição de um verdadeiro estado de exceção aceito socialmente:

> Assim, em um perverso círculo vicioso, a limitação da liberdade imposta pelos governos é aceita em nome de um desejo de segurança que foi induzido pelos próprios governos que agora intervêm para satisfazê-lo. 32

A relutância dos Estados líderes da economia mundial em adotar medidas de controle eficazes é também destacada por Pierre Dardot e Christian Laval em artigo publicado no mês seguinte.[33] Os autores, sem remeter ao artigo de Agamben, ressaltam a onda de chauvinismo nacional e demonstram como cada país deu as costas uns para os outros, ao ignorar as recomendações da OMS, para o deleite da extrema-direita européia e global. Reconhecem assim o que a União Européia tem sido: uma organização multinacional baseada na concorrência econômica generalizada entre países sob hegemonia alemã. Revoltas, greves e ameaça de colapso dos sistemas de saúde são necessárias para que a quarentena seja finalmente assumida pelos governos, com monitoramento em tempo real. A intervenção dos estados-nacionais tem o importante papel de evitar a falência das economias de modo a "manter o máximo possível de mão-de-obra ativa", abandonando os escrúpulos quanto aos gastos públicos sem limites para "salvar" as economias. Wallace et al (2020) observam pertinentemente:

> O fracasso em se preparar e reagir ao surto não começou apenas em dezembro, quando países ao redor do mundo falharam em agir assim que o COVID-19 saiu de Wuhan (...) Na verdade, as falhas foram programadas décadas atrás, quando os bens públicos foram simplesmente negligenciados e monetizados. 34

É o que também aponta Raquel Varela, ao associar a paulatina crise do Welfare State, nascido em 1945, com o fortalecimento da União Européia, instituída em 1993. (VARELA, 2019)

---

[32] "l'invenzione di un'epidemia" publicado no jornal Il Manifesto em 26 de fevereiro de 2020 e traduzido para a língua portuguesa em Agamben, G. Reflexões sobre a peste: ensaios em tempos de pandemia. São Paulo: Boitempo, 2020. E-book/posição 107. Disponível em https://www.amazon.com.br/Reflex%C3%B5es-sobre-peste-pandemia-Pandemia-ebook/dp/B088GL8X1S/

[33] Dardot, Pierre e Laval, Christian. A prova política da pandemia. Blog da Boitempo. 26 de março de 2020. Disponível em https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/26/dardot-e-laval-a-prova-politica-da-pandemia/ Acesso em 12.06.2020.

[34] Wallace et al (2020) advogam medidas de supressão do surto epidêmico considerando as causas estruturais, ou seja, voltada tanto para a emergência como para o perigo de novos surtos pandêmicos. Um enfrentamento global com o capital e seus representantes locais implica, contudo, outro tipo de Estado e novas relações sociais, para além do horizonte do capitalismo.

CAPITALISMO E QUARENTENA

A compreensão da natureza da relação entre as dimensões sanitárias e as econômicas e políticas presentes na atual situação de emergência global somente é lograda quando situada no contexto do capitalismo em sua fase atual.

As atuais formas de organização da produção agroindustrial e a expansão da fronteira agrícola e mineral, na acumulação de capital dominada pelo capital financeiro, requerem produção e consumo *just-in-time* com base em cadeias globais de valor (CGV).

Conforme mencionado por Wallace et al. (2020), os "circuitos do capital" com produção e circulação de mercadorias *just-in-time* em CGV constituem meios de propagação acelerado da epidemia. Em poucas semanas o novo coronavírus pode se espalhar para aglomerados populacionais em grandes centros urbanos, e destes para cidades médias e o interior de cada país.

Atualmente, a China representa aproximadamente 16% do Produto Interno Bruto mundial, ante 4,3% registrados quando da epidemia da SARS, em 2002-2003.[35] Em decorrência desta importância econômica mundial, antes mesmo da declaração de pandemia pela OMS, a epidemia de Covid-19 na China já havia provocado interrupções na atividade produtiva e comercial em empresas e setores econômicos de diversos países.[36]

Neste sentido, o desafio econômico da adoção de medidas de distanciamento social e de quarentena por períodos prolongados na atual conjuntura internacional está posto na disputa entre um grupo restrito de países em torno da liderança das mudanças tecnológicas em curso no sistema e da iniciativa da retomada da atividade econômica, até o momento parcialmente bloqueada pela pandemia.

Em outros termos, a pandemia de Covid-19 acirra disputas imperialistas (ou interestatais), notadamente entre EUA e China pela liderança das mudanças tecnológicas (por exemplo, robótica, inteligência artificial, displays, comunicação 5G, sensores avançados, circuitos integrados, internet das coisas, Big Data) na produção e na esfera geopolítica.[37] Donald Trump ao chamar o novo

[35] Pandemia remodela papel de cadeias globais de produção. Folha de São Paulo, 06/05/2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/pandemia-remodela-papel-de-cadeias-globais-de-producao.shtml. Acesso em 04/07/2020

[36] Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. A pandemia de Covid-19 e os riscos às CGV. CARTA IEDI, n. 1012. Disponível em: https://iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_1012.html; Acesso em 04/07/2020.

[37] Importa salientar que o evento epidêmico da gripe espanhola, em 1918, considera a entrada dos EUA no final da primeira guerra mundial, disputando a hegemonia do mundo imperialista à Inglaterra.

coronavírus de "o vírus chinês" [38] evidenciou esses conflitos, que se estendem muito além do âmbito comercial.

Uma ilustração da disputa pela liderança tecnológica, que também envolve outros países, pode ser vista pelo avanço da utilização de robôs na produção. China, Japão, Estados Unidos, Coréia do Sul e Alemanha, nesta ordem, são os cinco principais mercados para robôs industriais. Desde 2013, a China lidera esse ranking. E a cada ano diminui a distancia em relação aos EUA em termos da densidade de robôs instalados na indústria (Quadro 1).

Quadro 1- Densidade de robôs relacionados à indústria de transformação em países selecionados 2014-2018 (Unidade: por 10.000 trabalhadores)

País	**2014**	**2016**	**2018**	**Variação 2014-18 (%)**
Cingapura	-	488	831	70,3*
Coréia do Sul	478	631	774	61,9
Alemanha	292	309	338	15,7
Japão	314	303	327	4,1
Suécia	190	223	247	30,0
Dinamarca	180	211	240	33,3
Taiwan	--	177	221	24,8*
EUA	164	189	217	32,3
China	25	68	140	460,0

(*) Variação de 2016-2018.
Fonte: International Federation of Robotics - https://ifr.org/ Acesso em 05/07/2020.

O avanço tecnológico da China é um dos objetivos do Plano "Made in China 2025", lançado pelo governo daquele país em 2016. Esse avanço com a redução da defasagem chinesa acontece não obstante o contínuo crescimento da robótica nos EUA, também impulsionado por programas governamentais (como o "Manufacturing USA") em parcerias com o setor privado. A finalidade do governo estadunidense é fortalecer a produção industrial no país inclusive com isenções fiscais para

[38] https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51966296. Acesso em 03/07/2020.

o retorno de manufaturas anteriormente transferidas ao exterior (ARBIX et al., 2017). [39] Nos planos estatais dos EUA e da China o desenvolvimento das tecnologias 4.0 compreendem variadas atividades com interface entre as áreas produtiva e militar (ARBIX et al., 2017).

Embora um país de médio porte em termos nucleares, a China não está limitada por acordos de não ampliação de armas nucleares e dispõe de mísseis intercontinentais, capacidades cibernéticas e armas anti-satélites. A ascensão econômica e militar da China é percebida pelos EUA como ameaça a sua hegemonia geopolítica. Esse cenário tem criado obstáculos para atual negociação da renovação do Tratado de Redução de Armas Estratégicas entre EUA e Rússia que acontecem no curso da pandemia.[40]

No entanto, a análise não deve separar os conflitos interestatais da contradição entre capital e trabalho. No contexto atual, a interconexão entre pandemia e competição por ganhos de produtividade tende a intensificar a exploração dos trabalhadores pelo capital. O grau de acirramento das disputas interimperialistas acentua a incompatibilidade das medidas de distanciamento social prolongadas como estratégia de enfrentamento da pandemia. A retomada da atividade econômica acontece, ainda que parcialmente e sujeita a interrupções. E a continuidade do trabalho em condições mais restritas constitui uma forma de avaliação da produtividade futura. Ou seja, a pandemia como laboratório "ensina" a burguesia a retomar o crescimento econômico adiante. [41]

ECONOMIA E POLÍTICA: O CASO BRASILEIRO

O distanciamento social se constitui na mais importante medida de saúde pública no enfrentamento da pandemia da Covid-19; no entanto sua adoção acelera a crise econômica mundial do capitalismo.

A intervenção dos governos de vários países, com diferentes colorações políticas, acionou medidas sob uma mesma diretriz de política econômica: compra de títulos financeiros com injeção de capital aos bancos, queda das taxas de juros, incentivos fiscais como redução ou postergação dos

[39] Drummond, Carlos. Disputa por liderança global obriga os EUA a se defenderem da China. Carta Capital, 01 de agosto de 2018. Disponível em: https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Poder-e-ContraPoder/Disputa-por-lideranca-global-obriga-os-EUA-a-se-defenderem-da-China/55/41181 Acesso em 04/07/2020.

[40] Ascensão da China embaralha negociações nucleares entre EUA e Rússia. Folha de São Paulo, 25 de junho de 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/tatiana-prazeres/2020/06/ascensao-da-china-embaralha-negociacoes-nucleares-entre-eua-e-russia.shtml Acesso em: 03/07/2020. Cercado, Japão se afasta do pacifismo e acelera uso de armas ofensivas
Igor Gielow. FSP, 30 jun.2020 às 8h00. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/06/cercado-japao-se-afasta-do-pacifismo-e-acelera-uso-de-armas-ofensivas.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa Acesso em 03/07/020.

[41] Vale citar a metáfora do capital “como um rinoceronte”, presente no texto com o sugestivo título Nem morcegos, nem pangolim: foi o rinoceronte (Caldas, 2020).

pagamentos de impostos, crédito subsidiado para salvar empresas.[42] Mobilizam, portanto, políticas de ampliação dos gastos com forte elevação da dívida pública.[43]

No Brasil, em 16 de março o presidente Bolsonaro faz uma declaração reveladora numa entrevista concedida à Rádio Band: "Se a economia afundar, afunda o Brasil", disse. "Se a economia afundar, acaba o governo. Há disputa de poder nisso daí." [44] A última frase revela a intenção de jogar a responsabilidade da crise econômica sobre as medidas adotadas nos estados e municípios (distanciamento social*, lockdown*). Poucos dias depois uma notícia publicada na imprensa alertava para a possibilidade da decretação de estado de sítio ou medida similar.[45]

No mesmo mês, os governos estaduais e municipais dos principais focos da epidemia no Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Manaus) implementam medidas de distanciamento social e então, como é de se esperar, as determinações da política econômica para evitar a quebradeira generalizada são tomadas pelo governo federal.

Por meio do Banco Central (BC), o governo aporta imediatamente 1,216 trilhões no sistema financeiro (cerca de 16,7% do PIB). Outra medida estatal para atender o capital financeiro, incluída no chamado "orçamento de guerra" aprovado pelo Congresso Nacional, autoriza o BC a comprar e vender títulos com classificação de risco especulativo, ou seja, "títulos podres".

Por sua vez, enquanto o crédito cresce em direção ao grande capital, os bancos praticamente não liberam financiamento pela linha de crédito emergencial criada pelo governo com 85% de recursos

---

[42] As respostas da política econômica global à pandemia do coronavírus. Reuters, 25/03/2020. https://exame.com/economia/respostas-da-politica-economica-global-a-pandemia-do-coronavirus/ Acesso em 30/05/2020.

[43] Resposta à pandemia leva países a se endividar mais. Disponível em: https://valor.globo.com/mundo/noticia/2020/06/16/resposta-a-pandemia-leva-paises-a-se-endividar-mais.ghtml Acesso em 16.06.2020

[44] Valor Economico, 17.03.2020: "Se a economia afundar, acaba o governo, tem disputa de poder nisso". https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/03/17/se-a-economia-afundar-acaba-o-governo-tem-disputa-de-poder-nisso.ghtml Acesso em 15.06.2020.

[45] Na matéria "Forças Armadas de prontidão", publicada pelo jornal Valor Econômico em 20 de março de 2020, Maria Cristina Fernandes e André Guilherme Vieira citam uma fonte do Exército que reporta um relatório da inteligência militar prevendo uma crise política capaz de colocar em risco o mandato de Jair Bolsonaro. Baseado em modelo matemático, a previsão teria considerado a elevação de roubos e saques no momento em que a curva de contaminação do coronavirus atingisse seu ponto mais crítico e a paralisação da economia o seu "pico". O cenário de "caos na segurança pública" pensado para acontecer no prazo de 30 a 40 dias implicaria a mobilização conjunta das "Forças Armadas e polícias" com o intuito de "devolver ao presidente Jair Bolsonaro parte da autoridade perdida com atitudes que o desgastaram junto à opinião pública". A matéria está disponível em https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/03/20/forcas-armadas-sao-colocadas-de-prontidao.ghtml Acesso em 25 de março de 2020.

do BNDES para a folha de pagamentos de pequenas e médias empresas[46]: assim é que até 22 de junho, apenas o total de 1.828.322 trabalhadores é incluído nesse programa, ante uma estimativa de alcançar 12 milhões.[47] Prevista na MP 944/2020, a medida está em revisão, com flexibilização da exigência de estabilidade para todos os empregados da empresa que recorrer a essa linha de crédito.[48]

No cenário das relações de trabalho, o governo federal edita a Medida Provisória (MP) n. 927, de 22 de março de 2020, e a MP n. 936, de 01 de abril de 2020, atualizando a reforma trabalhista editada no governo Temer (Lei nº. 13.467, de 13 de julho de 2017), com flexibilização de direitos trabalhistas sob a alegação de proteção ao desemprego.

A MP 927/2020 estimula os acordos individuais acima de outros instrumentos normativos legais e negociação coletiva, facilita o teletrabalho, a utilização do banco de horas, suspende exigências relativas à segurança e saúde no trabalho e o recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço por três meses durante a pandemia.

A MP 936/2020 institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda com a redução de salário em correspondência a da jornada de trabalho em 25, 50 ou 70% e a suspensão do contrato de trabalho pelas empresas durante o estado de calamidade pública [49]. Sua aprovação pelo Congresso Nacional amplia a suspensão de contrato por mais dois meses (de dois para quatro meses) e o período da redução de salário e jornada por mais um mês (de três para quatro meses). A medida estabelece garantia provisória no emprego durante a vigência do acordo e por igual período após o término da suspensão do contrato ou da redução do salário e jornada.

Segundo dados do Ministério da Economia, até 26 de junho, os acordos com redução de salário e suspensão do contrato atingem 11,7 milhões de trabalhadores (36% dos empregados celetistas no país). Acordos de suspensão de contrato abrangem quase 47% dos trabalhadores, enquanto os

[46] Crédito a grande empresa cresce 12%. Talita Moreira e Flávia Furlan, Valor Econômico, 08/05/2020. Disponível em: https://valor.globo.com/financas/noticia/2020/05/08/credito-a-grande-empresa-cresce-12.ghtml Acesso em 10.05.2020.

[47] Câmara libera demissão em programa de crédito para empresas. Folha de São Paulo, 25/05/2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/camara-libera-demissao-em-programa-de-credito-para-empresas.shtml Acesso em 30.05.2020.

[48] https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/07/01/senado-analisa-mp-que-oferece-r-40-bi-para-empresas-pagarem-salarios Acesso em 02.07.2020.

[49] A calamidade pública é estabelecida no Decreto Lei no.6, de 20 de março de 2020., em decorrência da Mensagem Presidencial no. 93, de 18 de março de 2020. Permite a dispensa das exigências do cumprimento de metas fiscais e das limitações de empenho de recursos orçamentários inscritas na chamada Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar no. 101, de 04 de maio de 2000).

acordos de redução de salário compreendem aproximadamente 52,2%, em que: 19,3% com redução de 70% do salário; 18,3% com corte de 50% e 14,6% com diminuição de 25%. [50]

Da mesma forma, a MP 936/2020 adota o auxilio emergencial no valor de R$ 600 reais para a massa de desempregados acrescida pelos trabalhadores informais desocupados em decorrência do fechamento das portas do comércio e serviços e outras atividades pelas medidas de quarentena.

Os dados do mercado de trabalho do IBGE contradizem a alegada proteção contra o desemprego das medidas governamentais. O avanço da pandemia pelo país vem acompanhado do crescimento do desemprego: 7,8 milhões de postos de trabalhos perdidos, entre março e maio; destes, 5,8 milhões (74%) de trabalhadores do mercado informal. Essa massa de desempregados sem retornar a busca por uma vaga em decorrência da pandemia ou da paralisação das atividades, não aparece, no entanto, na taxa de desemprego, apesar da elevação desta taxa em maio ter alcançado 12,9% (12,7 milhões), uma vez que esta capta apenas quem procura emprego.[51]

Os sinais são de tendência ao aumento do desemprego entre os trabalhadores celetistas especialmente após o fim do curto período de estabilidade dos acordos de suspensão de contrato e de redução de salários e jornada com o aprofundamento da recessão econômica e baixa perspectiva de reversão em curto prazo, segundo pesquisa baseada nas expectativas dos próprios capitalistas.[52] Além disso, ao atingir fortemente o mercado de trabalho informal, este segmento, diferentemente dos três últimos anos de criação de emprego com esse perfil, dificilmente terá possibilidade para absorver parcela considerável dos trabalhadores celetistas demitidos.[53]

Na perspectiva do Presidente da República, a economia, retirada de sua aparente trajetória de recuperação, veio a ser travada por medidas de controle da epidemia capazes de derrubar as expectativas de uma melhora no panorama social de mais de 12 milhões de desempregados no país. É uma posição governamental, não um ato isolado da presidência da república, como fica evidente

---

[50] https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/07/01/117-milhoes-de-trabalhadores-formais-ja-tiveram-reducao-de-salario-ou-contrato-suspenso.ghtml Acesso em 02.07.2020.

[51] Os efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho no Brasil
O Globo 01/07/2020. Disponível em: https://oglobo.globo.com/podcast/os-efeitos-da-pandemia-sobre-mercado-de-trabalho-no-brasil-24508762 Ver também "Pela 1ª vez, mais da metade da população em idade de trabalhar está fora do mercado". Disponível em: https://oglobo.globo.com/economia/pela-1-vez-mais-da-metade-da-populacao-em-idade-de-trabalhar-esta-fora-do-mercado-24478822 Acesso em 15.06.2020.

[52] https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/demissoes-ja-afetam-13-das-familias-e-40-das-empresas.shtml Acesso em 19.05.2020.

[53] https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/05/15/taxa-de-desemprego-sobe-em-12-de-27-unidades-no-1o-trimestre-aponta-ibge.ghtml. Ver também "Crise do coronavírus fecha 1,4 milhão de vagas formais, diz governo". Fábio Pupo. Folha de São Paulo, 29 de junho de 2020.
Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/crise-do-coronavirus-fechar-14-milhao-de-vagas-formais-diz-governo.shtml Acesso em 29.06.2020.

na manifestação de Paulo Guedes, ministro da Economia: de acordo com ele, enquanto o mundo já atravessava uma situação de "desaceleração" antes da pandemia, o país iria na direção contrária, pois teria uma dinâmica própria de crescimento em relação ao resto do mundo.[54]

Essa interpretação é confrontada por um grupo de analistas da Fundação Getulio Vargas para quem a economia brasileira estava em desaceleração desde o fim de 2019. Esta perspectiva é reforçada com a queda de 1,5% do PIB, registrada pelo IBGE, para o primeiro trimestre deste ano, que inclui apenas 15 dias de distanciamento social em março.[55]

CONFLITOS E LUTAS

Enquanto os negócios de alguns setores e empresas estão fortemente impactados pela pandemia (com as medidas de distanciamento social e quarentena ou a interrupção dos fornecedores e queda da demanda), outros segmentos da burguesia mantém e até ampliam suas atividades produtivas, comerciais e de serviços.

Com a mitigação da pandemia, expressão da incompatibilidade de uma quarentena ampla e estrita nos moldes da supressão do surto, grande parte dos trabalhadores tem sido mantida em atividade e circulação, portanto, expostos ao contágio, adoecimento e morte.

A epidemia de Covid-19 atinge mais acentuadamente os trabalhadores do que a população em geral. Sair para trabalhar por meio de transporte público, geralmente lotado, tanto mais em longos trajetos apresenta forte associação com internações e óbitos por Covid-19.[56]

---

[54] Valor Econômico, 10.03.2020: "Para ministro, vírus foi 'gota d'água' da desaceleração". Disponível em https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/03/10/para-ministro-virus-foi-gota-dagua-da-desaceleracao.ghtml Acesso em 15.06.2020. Uma expectativa de efeito retórico contrastando com os dados do IBGE e da CNI de um crescimento pouco significativo da economia nacional antes da emergência sanitária no país. Acesso em 10.03.2020.

[55] Brasil já estava em recessão no início do ano, diz comitê da Fundação Getulio Vargas. Cássia Almeida. O Globo, 29/06/2020. Disponível em: https://oglobo.globo.com/economia/brasil-ja-estava-em-recessao-no-inicio-do-ano-diz-comite-da-fundacao-getulio-vargas-24505241. Cabe recordar que o PIB de 1,1%, em 2019, manteve o baixo crescimento econômico dos anos de 2017 (1,3%) e 2018 (1,1%). Acesso em 29.06.2020.

[56] Aluizio Marino; Danielle Klintowitz; Gisele Brito; Raquel Rolnik; Paula Santoro; Pedro Mendonça. Circulação para trabalho explica concentração de casos de Covid-19. 30/06/2020. Disponível em: https://polis.org.br/noticias/circulacao-para-trabalho-inclusive-servicos-essenciais-explica-concentracao-de-casos-de-covid-19/?fbclid=IwAR1YrdoKuQVtwefpqFLyUP_uiQHV53KilHU0J7teLjQ_3YXvCnA7rvcJPzY Acesso em 30.06.2020.

Os trabalhadores expostos à infecção e submetidos à intensificação da exploração têm demonstrado sua revolta mediante greves e manifestações.[57] No Brasil, profissionais de saúde realizam atos nas portas de hospitais, vias e praças públicas inclusive na Praça dos Três Poderes, em Brasília, como no 1º de maio, Dia Internacional dos Trabalhadores, sem deixar-se intimidar pelas agressões e violências de um grupo de apoiadores do governo federal.[58] Protestos dos trabalhadores e sindicatos de diversas categorias, como os trabalhadores dos frigoríficos, petroleiros e entregadores por aplicativos, acontecem em diversas regiões do país.

Os trabalhadores no setor da agroindústria de carnes enfrentam a intensificação da exploração com o aumento da produção durante a pandemia: maior imposição do ritmo de trabalho, manutenção dos trabalhadores aglomerados nas linhas de abate e processamento da carne em ambientes fechados (temperaturas frias e com baixa renovação do ar), favorecendo o contágio e a transmissão do vírus.

Esse setor é altamente intensivo em trabalho, expresso na grande aglomeração de trabalhadores nas linhas de produção. A intensificação do trabalho imposta pela produção responde pelo elevado desgaste, manifesto em acidentes de trabalho e adoecimentos dos trabalhadores (como LER e transtornos mentais), bem como pela alta rotatividade nas empresas. Os frigoríficos buscam trabalhadores nas cidades circunvizinhas, recorrendo inclusive à contratação de imigrantes.[59] E a circulação diária de trabalhadores proporciona a difusão da Covid-19 entre os municípios sedes dos

[57]Protestos, paralisações e greves dos trabalhadores durante a pandemia ocorreram em diferentes setores econômicos e países. Na Itália, no momento em que esteve no epicentro da pandemia no mundo e os corpos das vítimas eram empilhados e transportados em caminhões do exercito, na região mais atingida, inúmeras indústrias inclusive as fábricas de armas continuavam produzindo. Foram os operários destas empresas que, a despeito das morosas negociações dos sindicatos com o governo, se levantaram e paralisaram as atividades, por exemplo, na indústria armamentista, indústrias petroquímicas e nos call-centers de venda. Ler Greves selvagens estouram na Itália exigindo fechamento de fábricas durante pandemia do coronavírus. Por Will Morrow e Alex Lantier. 17 Março 2020. Disponível em: http://centrovictormeyer.org.br/greves-selvagens-estouram-na-italia-exigindo-fechamento-de-fabricas-durante-pandemia-do-coronavirus/. Acesso em 17.03.2020. Ler também Enquanto corpos enchiam caminhões do Exército, as fábricas ficavam abertas: um relato de Bérgamo, na Itália. ALBA SIDERA Revista Contexto, Bergamo (Itália) 16 de abr de 2020. Disponível em: https://operamundi.uol.com.br/coronavirus/64192/enquanto-corpos-enchiam-caminhoes-do-exercito-as-fabricas-ficavam-abertas-um-relato-de-bergamo-na-italia Acesso em 17.04.2020. Na Espanha ocorreu um processo semelhante, por exemplo, com protestos e greves dos operários da indústria automobilística. Ver Mercedes Benz: la vida de las personas por delante de los beneficios. Disponível em: https://www.vientosur.info/spip.php?article15737. Acesso em 21.03.2020. Nos EUA, protestos, paralisações e greves foram realizados por trabalhadores dos armazéns da Amazon. Disponível em https://www.brasildefato.com.br/2020/04/21/sem-equipamentos-de-protecao-pessoal-funcionarios-da-amazon-continuam-em-greve Acesso em 21.04.2020.

[58] https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/05/01/enfermeiros-fazem-ato-no-df-para-reforcar-necessidade-de-isolamento-social-estamos-morrendo-na-luta-contra-a-covid-19.ghtml Acesso em 01.05.2020.

[59] Com base nos dados da RAIS, em 2018, os frigoríficos de aves e suínos nos três estados da Região Sul do Brasil empregavam um total de 10.177 haitianos (HECK et al., 2020).

frigoríficos e sua interiorização por uma rede de pequenas cidades, local de moradia dos empregados (HECK et al., 2020).[60] Assim, o processo produtivo dos frigoríficos constitui um "centro de difusão da Covid-19", pois, além de responsável pelo contágio de trabalhadores e familiares nos municípios sedes das empresas, espalha a pandemia para as cidades vizinhas conectadas a estas unidades produtivas (HECK et al., 2020).

Até o final de maio, segundo informações do Ministério Público do Trabalho – MPT, um terço dos casos de Covid-19 no estado do Rio Grande do Sul é constituído de trabalhadores dos frigoríficos. Até então, 28 dos 30 municípios com maior número de casos da doença no estado são sedes de frigoríficos ou cidades de moradia de trabalhadores destas empresas.[61]

Denúncias, protestos de familiares dos trabalhadores e sindicatos também motivam ações do MPT, resultando na interdição e paralisação da produção em frigoríficos em diversas estado do país com assinatura de Termos de Ajuste de Conduta (TAC) para adoção de medidas de controle da contaminação de seus empregados e da população nestas regiões.[62]

Além dos frigoríficos, a exploração dos trabalhadores e o papel "patógeno" do capital (Berlinguer, 1978) também caracterizam a indústria de petróleo e gás. Tomemos o caso da maior empresa

---

[60] Como frigoríficos propagaram o coronavírus em pequenas cidades do país. Por Rute Pina, Agência Pública, 23/06/2020. Disponível em: https://exame.com/negocios/como-frigorificos-propagaram-o-coronavirus-em-pequenas-cidades-do-pais/?utm_source=push_exame&utm_medium=pushnotification. Exclusivo: Os dados inéditos sobre Covid-19 em frigoríficos de pequenos municípios. Por Juliana Fronckowiak Geitens. 3 de junho de 2020. Disponível em: https://outraspalavras.net/ojoioeotrigo/2020/06/exclusivo-os-dados-ineditos-sobre-covid-19-em-frigorificos-de-pequenos-municipios/ Acesso em 03.06.2020.

[61] Como frigoríficos propagaram o coronavírus em pequenas cidades do país. Por Rute Pina, Agência Pública, 23/06/2020. Disponível em: https://exame.com/negocios/como-frigorificos-propagaram-o-coronavirus-em-pequenas-cidades-do-pais/?utm_source=push_exame&utm_medium=pushnotification. Acesso em 24.06.2020. Esse quadro é bastante semelhante a de outros países. Nos EUA, entre as regiões com maiores número de casos de COVID-19 relativamente à população estão os municípios que abrigam indústria de carnes. Ver A remota processadora de carne nos EUA que se tornou maior foco de covid-19 no país. Jessica Lussenhop. BBC News. 22 abril 2020. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52352657 Acesso em 23.04.2020.

[62]Importante chamar atenção para o fato das intervenções estatais não alcançarem as causas estruturais da pandemia, de modo a evitar futuras emergências sanitárias (Wallace et al., 2020). Segundo o CDC dos EUA, três em cada quatro doenças infecciosas, novas ou reemergentes, são zoonóticas. A agroindústria de carnes, especificamente a de aves, é um campo de criação mais importante para pandemias (The End of Meat Is Here. By Jonathan Safran Foer. May 21, 2020. New York Times. Disponível em: https://www.nytimes.com/2020/05/21/opinion/coronavirus-meat-vegetarianism.html?referringSource=articleShare) Acesso em 21.05.2020. E o Brasil, como grande produtor e maior exportador mundial de carne de frango, está entre os países em que um novo vírus mortal pode surgir. O contexto em que o país ganhou mercados mundiais, especialmente o asiático, compreende o avanço da epidemia de Influenza Aviária pelo mundo, em particular com a intensificação dos casos na Tailândia em 2004, e a Peste Suína Africana, que atingiu a China. Mas a Tailândia bem como Turquia e Ucrânia estão de volta na disputa pelos mercados, pressionando ainda mais por redução de custos.

nacional do setor no Brasil, a Petrobras, que a partir de março tem adotado algumas medidas de organização do trabalho, apresentadas como de controle da pandemia.

Com alegação de reduzir o risco de transmissão pelo SARC-CoV 2, a empresa colocou em teletrabalho 90% dos funcionários administrativos, reduziu o número de trabalhadores das equipes em atividades operacionais (terminais, refinarias, plataformas) e prolongou de 8 para 12 horas o turno de trabalho nas refinarias e, nas plataformas, passou o turno de 14 x 21 (14 dias de trabalho por 21 de folga) para 28 x 14 (dos 28 dias, 21 são embarcados e 7 de isolamento com monitoramento pela empresa antes do embarque).

Tais medidas intensificam o trabalho sem impedir a expansão dos casos de Covid-19 entre os trabalhadores. Contudo, até 08 de junho de 2020, há a ocorrência de 1.089 casos de Covid-19 somente entre os 46.416 trabalhadores próprios da Petrobras[63], uma incidência de 2.346 casos por 100 mil, até essa data, ou quase 7 (sete) vezes a registrada na população em todo o país (337 por 100 mil) ou a do Estado de São Paulo (340) e quase o dobro (1,84) da incidência do Amazonas (1.275). A taxa de incidência entre os trabalhadores da Petrobrás permite, digamos assim, situá-la entre as vinte cidades do país com maior número de casos por 100 mil habitantes. [64]

Apesar de a pandemia acentuar a forte queda dos preços do barril e contribuir para o desencadeamento de uma recessão na economia mundial, bem como acarretar interrupções em alguns pontos da produção nacional, a empresa aumentou o volume de extração de petróleo em março e abril e, em maio, embora tenha registrado uma queda ante o mês de abril, os resultados deste mês são superiores aos de maio do ano passado.[65]

As petrolíferas pelo mundo seguem seu movimento por conquistas de mercados e, nesta acirrada competição entre empresas monopolistas dominadas pelo capital financeiro, cada dia de atraso e

---

[63] Ministério de Minas e Energia. 8ª Boletim de Monitoramento COVID-19. Brasília, 08 de junho de 2020. Disponível em: http://www.mme.gov.br/web/guest/covid-19. Até 06 de julho, os dados oficiais registram 1.526 casos de Covid-19 entre os trabalhadores próprios da Petrobras, incidência de 3.287,6 casos por 100 mil. (Ministério de Minas e Energia. 8º e 12º Boletim de Monitoramento COVID-19. Brasília, 06 de julho de 2020. Disponível em: http://www.mme.gov.br/web/guest/covid-19) Acesso em 06.07.2020.

[64] Incidência de casos / 100 mil até 08 de junho de 2020, para o Brasil e os estados de São Paulo e do Amazonas, conforme informações do Painel Coronavírus do Ministério da Saúde, disponível em https://covid.saude.gov.br/

[65] Conforme informações do Painel Dinâmico da Agência nacional do petróleo – ANP, disponíveis em http://www.anp.gov.br/paineis-dinamicos-da-anp. Acesso em 25.03.2020. Para o aumento na produção de petróleo nesses meses contribui a expansão da exportação para China (alta de 145% em abril deste ano ante o mesmo mês de 2019), favorecida pelo crescimento da extração dos campos do pré-sal de melhor qualidade e menor custo, faz inclusive a empresa rever a previsão de redução de 200 mil barris por dia, anunciada no final de março. Disponível em https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2020/05/04/petrobras-bate-recorde-de-exportacao-em-abril-com-1-mi-de-barris-de-petroleo-por-dia.htm?cmpid=copiaecola Acesso em 04.05.2020.

redução na produção pode ser um capital definitivamente perdido. Tanto mais em função da chamada "transição energética" acentuar uma corrida contra o tempo para extrair e transformar as reservas de petróleo e gás em capital.[66] Do contrário, elas continuarão a ser apenas reservas naturais, e não capital.[67]

A indústria do petróleo é outra expressão de que o capital não fica em quarentena, deixar de se valorizar é deixar de ser capital. Ou seja, assim como outras, a indústria do petróleo e gás manifesta a incompatibilidade da produção capitalista com as medidas de distanciamento social e quarentena e, simultaneamente, daquelas destinadas a proteger a saúde dos trabalhadores.

Os desafios postos aos trabalhadores nesse setor estão expressos na visão "positiva" dos analistas do mercado financeiro com os resultados da Petrobras que inclui os baixos custos de extração de petróleo com aumento da participação dos campos do pré-sal, os ganhos e "ensinamentos" do período da pandemia. Nas palavras do presidente da Petrobras: "a pandemia está [...] ajudando a acelerar uma estratégia que já estava em curso, de corte de custos e desinvestimentos." Entre os cortes estão justamente a redução de trabalhadores próprios e terceirizados: "com a experiência do 'home office' é possível trabalhar apenas com 50% do efetivo nos escritórios. Isso nos permitirá liberar vários prédios e reduzir custos [com a] renegociação de contratos."[68]

A gravidade da situação sanitária na Petrobras constou inclusive de relatórios da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) com informações ao governo federal sobre o crescimento dos casos de Covid-19 na empresa e advertências pela possibilidade de uma greve dos trabalhadores.[69]

---

[66] Uma análise mais detalhada foge ao objetivo deste ensaio e possivelmente requer trazer para esta discussão muitos aspectos como o atual quadro da acumulação capitalista na economia mundial, a recente disputa da Arábia Saudita com a Rússia na definição de quotas de redução da produção entre os países da OPEP, a queda dos preços e a concorrência com o Xisto dos EUA, as reservas de petróleo e seus custos de produção, a capacidade de investimentos, a automação no setor, transição energética, disputas geopolíticas, entre outros.

[67] A Petrobras encomendou sete novas plataformas da China, Cingapura e Coréia do Sul, três países mais afetados nos primeiros meses da epidemia. É quase certo que a entrega dessas plataformas irão atrasar especialmente de duas delas prevista para 2021. A perda estimada em decorrência do atraso na entrega de uma plataforma pode ser de US$ 10 milhões por dia (o valor pode ser maior ou menor segundo o preço do barril de petróleo), com base na capacidade de produção estimada em 150 mil barris de petróleo por dia, além do volume de gás. Coronavírus pode atrasar FPSOs em construção na Ásia em até um ano. O Petróleo, 01 de março de 2020. Disponível em: https://opetroleo.com.br/coronavirus-pode-atrasar-fpsos-em-construcao-na-asia-em-ate-um-ano/ Acesso em 03.03.2020

[68] Não se engane pelo estrondoso prejuízo de R$ 48,5 bi: resultado da Petrobras foi muito positivo, dizem analistas. Lara Rizério. InfoMoney, 15 maio 2020. Disponível em: https://www.infomoney.com.br/mercados/nao-se-engane-pelo-estrondoso-prejuizo-de-r-485-bi-resultado-da-petrobras-foi-muito-positivo-dizem-analistas/ Acesso em 15.05.2020.

[69] Petrobras está infestada de coronavírus. Destaque Notícias, 18 de junho de 2020. disponível em: https://www.destaquenoticias.com.br/petrobras-esta-infestada-de-coronavirus/ Acesso em 10/07/2020.

A informação da ABIN, no entanto, é de conhecimento público expresso nos boletins da Federação Única dos Petroleiros e da Federação Nacional dos Petroleiros para a possibilidade de convocação e deflagração de uma "greve sanitária".[70]

Já a greve dos entregadores que trabalham por aplicativos, como iFood, Rappi, James, Loggi e Uber Eats, que em 01 de julho dominou o cenário das principais avenidas nas grandes cidades do país e mesmo de outros países latino-americanos, explicitou a intensificação da exploração destes trabalhadores durante a pandemia. Com o distanciamento social aumentou a já elevada sobrecarga de trabalho pelo intenso ritmo e ampliação da jornada: 56,7% dos entregadores relatam trabalhar mais de nove horas diárias (38,2% mais de onze horas diárias) e 78,1% trabalham seis ou sete dias durante a semana. E ainda assim, com a redução do valor por entrega pago pelos aplicativos, 59% informam redução na remuneração semanal em relação ao rendimento auferido antes da pandemia.[71]

Além de maior exposição de contágio da doença pelo trabalho, agravada por 57,7% dos entregadores relatam não contar com apoio das empresas para reduzir esse risco, crescem as mortes por acidentes de trabalho no trânsito entre ciclistas e motociclistas na cidade de São Paulo. Trata-se de uma fratura exposta, agravada pela intensificação da exploração do trabalho, com o crescimento dos pedidos de entregas por aplicativos durante a pandemia. O crescimento dos acidentes de trabalho fatais entre os motociclistas no trânsito na cidade de São Paulo, nesse período da pandemia, interrompe uma

[70] Petroleiros ameaçam com greve por conduta da Petrobras durante o coronavírus. Agência Estado. 26 mar 2020. https://www.infomoney.com.br/mercados/petroleiros-ameacam-com-greve-por-conduta-da-petrobras-durante-o-coronavirus/ Federação Nacional do Petroleiros. Você está ciente da situação dos trabalhadores nas plataformas, terminais, usinas, refinarias e nos turnos dos prédios administrativos? 20 abril 2020. Disponível em: http://www.fnpetroleiros.org.br/noticias/5829/voce-esta-ciente-da-situacao-dos-trabalhadores-nas-plataformas-terminais-usinas-refinarias-e-nos-turnos-dos-predios-administrativos Federação única dos Petroleiros. Greve sanitária na Petrobrás será questão de dias. 23 de março de 2020. Disponível em: https://www.fup.org.br/ultimas-noticias/item/25072-greve-sanitaria-na-petrobras-sera-questao-de-dias Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista. Quantos mais precisarão morrer para a Petrobrás proteger seus trabalhadores? 23 junho 2020. Disponível em: http://www.sindipetrolp.org.br/noticias/27619/quantos-mais-precisarao-morrer-para-a-petrobras-proteger-seus-trabalhadores Acessos em 10/07/2020.

[71] Dados da pesquisa "Condições de trabalho em empresas de plataforma digital: os entregadores por aplicativo durante a Covid-19", realizada com 252 entregadores de 26 cidades, entre 13 e 20 de abril de 2020. Ver "Greve de entregadores e reclamações de restaurantes: os conflitos por trás dos aplicativos de entrega como iFood e Rappi". Giovanna Sutto, Pablo Santana. InfoMoney, 01 jul 2020. Disponível em: https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/greve-de-entregadores-e-restaurantes-insatisfeitos-os-conflitos-por-tras-dos-aplicativos-de-entrega-como-ifood-e-rappi/. Acesso em 10/07/2020

tendência de queda dos dois últimos anos[72] e contrasta com a redução de 40% nas mortes por acidentes de trânsito com ônibus.[73]

Os conflitos e as lutas sumariamente ilustradas reiteram, também em relação à pandemia da Covid-19, a atualidade da afirmação que os trabalhadores adoecem e morrem mais por todas as causas.

POR ÚLTIMO, MAS NÃO FINALMENTE

O futuro do presente apresenta-se a nós, em situações de grave comoção social (depressões econômicas, catástrofes, epidemias), como pressentimento, temor e esperança, sentimento coletivo vivenciado sob formas e intensidades socialmente diferentes. Assim está sendo na pandemia de Covid-19, desde as respostas dadas às interrogações formuladas pelo Coletivo Chuang a respeito do sentimento de confinamento em Wuhan, quando o surto foi oficialmente assumido pela autoridade pública chinesa, até o momento em que expectativas do fim da primeira onda em vários países, inclusive no Brasil, tem orientado as políticas governamentais para reduzir ou suprimir o distanciamento social e a quarentena.

Até a conclusão da redação deste ensaio, a estatística da Covid-19 no Brasil registrada pelo consórcio da imprensa no boletim das 08:00 horas mostra um painel evolutivo do primeiro caso confirmado em 26 de fevereiro e do primeiro óbito em 17 de março para atingir 1.719.660 pessoas infectadas e 68.089 mortas em 09 de julho de 2020.

Os dados oficiais[74] relativos aos novos casos de Covid-19 por Semana Epidemiológica de notificação constantes do painel do Ministério da Saúde de 08/07/20 apontam uma desaceleração da epidemia que, entretanto, não parece ter chegado ao pico. Quanto aos óbitos, o ritmo de crescimento reduziu bem mais do que o dos novos casos, podendo significar uma estabilização sem ainda um sinal claro de declínio.

Não há, portanto, segurança de que a primeira onda foi superada. A imprensa reporta crescimento vertiginoso de óbitos no sul, uma "vacilante estagnação" na região sudeste e queda em poucos

[72] Mortes de motociclistas em SP sobem 18%; número é o maior em 3 anos. Disponível em: https://exame.com/brasil/mortes-de-motociclistas-em-sp-sobem-18-numero-e-o-maior-em-3-anos/ Acesso em 10/07/2020.

[73] Acidentes de trânsito em SP caem 40% na quarentena, mas mortes de ciclistas e motoqueiros crescem. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/05/23/acidentes-de-transito-em-sp-caem-40percent-na-quarentena-mas-mortes-de-ciclistas-e-motoqueiros-crescem.ghtml Acesso em 10/07/2020.

[74] Painel Coronavírus. Ministério da Saúde. Disponível em: https://covid.saude.gov.br/ Acesso em 10/07/2020.

estados. A curva dos óbitos no país estacionou (desde o inicio de junho) em um platô muito elevado, "um comportamento que não foi visto na maioria das outras nações."[75]

O que se pode esperar em termos de futuro imediato?

Na primeira quinzena de abril de 2020, quando já estava clara a extensão e profundidade da crise sanitária, econômica e política no mundo, vários prognósticos apostando em mudanças do capitalismo são divulgados na imprensa. É interessante constatar, a esse respeito, o título do editorial de 3 de abril de 2020 do periódico Financial Times: "Vírus revela a fragilidade do contrato social: são necessárias reformas radicais para forjar uma sociedade que funcione para todos."

Para Marco Akerman, Carlos Botazzo e Francisco de Assis Acurcio, professores de instituições públicas da área da saúde, o editorial parece apontar uma virada de perspectivas, colocando em questão os "cânones neoliberais tão em voga nas últimas décadas".[76] Eis a síntese do posicionamento do Financial Times transcrita no artigo dos autores:

> A inversão da direção política predominante nas últimas quatro décadas precisará ser colocada sobre a mesa. Os governos terão que aceitar um papel mais ativo na economia. Eles devem ver os serviços públicos como investimentos, e não como passivos, e procurar maneiras de tornar os mercados de trabalho menos inseguros. A redistribuição estará novamente na agenda. Políticas até recentemente consideradas inviáveis, como renda básica e impostos sobre a riqueza, terão que estar entre as propostas.

Opiniões como esta do FT também se encontram em pronunciamentos como o de Klaus Schwab, presidente do Fórum Econômico Mundial, no qual adverte sobre o risco do mundo enfrentar a pior depressão econômica desde 1930 com as implicações negativas no emprego e na dívida pública e propõe várias "redefinições" para "uma sociedade melhor", quer dizer, para renovar o capitalismo.

[75] O Globo, 07/07/2020: Curva de mortes por Covid 'estaciona' em patamar alto demais no país e preocupa cientistas. Disponível em https://oglobo.globo.com/sociedade/curva-de-mortes-por-covid-estaciona-em-patamar-alto-demais-no-pais-preocupa-cientistas-24522803. Acesso em 08/07/2020. O mesmo sentido pode ser visualizado pelos dados disponíveis no Painel Coronavírus do Ministério da Saúde. Disponível em: https://covid.saude.gov.br/ Acesso em 08/07/2020.

[76] Folha de São Paulo, 07 de abril de 2020: Recessão pode até melhorar indicadores de saúde. Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/04/recessao-podeate-mehorar-indicadores-de-saude.shtml Acesso em 09 de abril de 2020.

Ele defende "governos mais fortes" (porém sem iniciativas de universalização de acesso a bens públicos) voltados para apoiar, dentre outros aspectos, novas áreas de investimento de capital e implementar a chamada "quarta revolução industrial".[77]

O Banco Mundial, por seu lado, traduz o posicionamento de conjunto dos interesses do capital no curto e no médio prazo. No relatório semestral sobre a região da América Latina e Caribe: *A Economia nos Tempos de Covid-19* datado de 12 de abril de 2020, coordenado por Martin Rama em colaboração com Jorge Araujo, executivos do Banco Mundial[78], observa-se a persistência de um quadro de baixo ou quase nulo crescimento econômico e se destaca que o surto epidêmico da Covid-19 na região obrigaram a tomada de medidas cujo resultado foi "um grande choque de oferta". Para além das "necessidades imediatas", a resposta tem de "traçar o caminho para uma recuperação vigorosa e sustentável" da economia. A pergunta-chave formulada no relatório do BM é bem clara: "quem, ao final de tudo isso, deverá arcar com as perdas"? A resposta consiste em "socializar as perdas" mediante um "pacto social sobre o gerenciamento da crise" de modo a estabelecer prioridades na alocação de recursos para a proteção do emprego, da renda e da revitalização dos investimentos privados mediante uma intervenção estatal. Esta, contudo, deve ser pensada numa nova relação com o setor privado de modo a evitar a "perspectiva de uma nacionalização implícita de partes da economia" com suas implicações de clientelismo, corrupção e prejuízo ao dinamismo da economia [capitalista].

Em contraposição a tais posições e perspectivas, vários intelectuais e pesquisadores acadêmicos tem se manifestado a respeito do futuro do mundo e do país pós-pandemia. Eles podem ser alinhados em duas correntes.

De um lado, os "otimistas", como os professores da área acadêmica da saúde pública, acima apontados. Eles acreditam que, a par das repercussões negativas da pandemia do ponto de vista sanitário e econômico (desemprego, queda da renda), com a melhoria da qualidade ambiental e a redução do consumo, a pandemia teria o efeito paradoxal de impulsionar o engajamento social na direção do bem estar. Concluem então:

---

[77] O Globo, 03 de junho de 2020: Está na hora de uma Grande Redefinição, diz fundador e presidente do Fórum Econômico Mundial. Disponível em https://oglobo.globo.com/economia/2270-esta-na-hora-de-uma-grande-redefinicao-diz-fundador-presidente-do-forum-economico-mundial-24459759 Acesso em 15 de junho de 2020. Ensaios nesta direção podem ser lidos na edição 1207, de 15.04.20, da revista Exame, na Newsletter "A hora do novo capitalismo", disponível em https://exame.abril.com.br/edicoes/1207/ Acesso em 05.05.2020.

[78] Banco Mundial. Relatório semestral sobre a região da América Latina e Caribe. A Economia nos Tempos de Covid-19. 12 de abril de 2020. Disponível em https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/latin-america-brazil-economy-coronavirus-pandemic-covid-19 Acesso em 05/07/2020.

> Pode ser que, com essa combinação de consumo e dano ambiental reduzidos, juntamente com o comprometimento da sociedade em garantir o atendimento às necessidades básicas de todos, nos encontraremos forjando, ainda que involuntariamente, a economia de bem-estar de que precisamos no século 21.

Não devemos nos surpreender, na verdade, com a opinião dos autores, pois expressa o pensamento acadêmico dominante, atestado na nota da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo à imprensa de que "não há contradição entre a 'proteção da economia e a proteção da saúde pública." [79] Quer dizer, entre desenvolvimento capitalista e bem-estar da população.

Ponto de vista pautado na mesma compreensão humanista expressa Debora Diniz, professora de Direito da universidade de Brasília, embora com ênfase maior nos valores da solidariedade e a interdependência. Ela deixa patente seu distanciamento em relação aos "pessimistas" que acreditam num mundo mais desamparado, no qual governos autoritários darão as respostas à pandemia e suas conseqüências.[80]

Dentre os "pessimistas" certamente deve ser incluído o cientista político José Luis Fiori cuja avaliação acerca do mundo pós-pandemia pode ser resumida no seguinte trecho de uma entrevista: "O mais provável é que essa epidemia aumente a desigualdade e a polarização do mundo, que já vinham crescendo de forma acelerada desde a crise financeira de 2008". [81] A razão do pessimismo está numa compreensão dialética negativa do capitalismo, sem possibilidade de superação.

Do nosso ponto de vista, a contraposição entre otimistas e pessimistas quanto às perspectivas do futuro[82] está marcada por especulações que precisam ser deixadas de lado e dar lugar ao acompanhamento da conjuntura, a partir das tendências em curso, ou seja, ao porvir.

Nosso olhar deve privilegiar as exigências colocadas pelo capital à luta dos trabalhadores, vistos nas medidas estatais de intensificação da exploração dos trabalhadores e de flexibilização dos direitos, expressos nas Medidas Provisórias 927/2020 e 936/2020 editadas pelo poder executivo, aprovadas

---

[79] Nota à Imprensa da Congregação da Faculdade de Saúde Pública da USP sobre a evolução da pandemia de Covid-19 no Brasil, de 27 de março de 2020. Disponível em https://www.fsp.usp.br/site/noticias/mostra/19357 Acesso em 10/04/2020.

[80] G1. 13/04/2020; Como será o mundo pós pandemia? Pesquisadora da UnB aposta em novos valores para humanidade. Disponível em https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/04/13/como-sera-o-mundo-pos-pandemia-pesquisadora-da-unb-debora-diniz-aposta-em-novos-valores-para-humanidade.ghtml Acesso 15.04.2020

[81] Prognóstico é ruim e vai piorar, diz Fiori. Entrevistas em destaque (https://tutameia.jor.br/category/entrevistas-em-destaque/) 10 de Abril de 2020.

[82] Carta Maior, 06/05/2020. Leneide Duarte-Plon; Carta de Paris: Que mundo a pandemia vai gerar? Disponível em https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Cartas-do-Mundo/Carta-de-Paris-Para-onde-marcha-a-humanidade-/45/47403 Acesso em 05/07/2020;

pelo legislativo e sancionadas pelo STF, a exemplo da validação dos acordos individuais entre empresas e trabalhadores, sugerindo unidade de ação entre os poderes do Estado.

Igualmente, com a dinâmica da epidemia e da economia, a reflexão deve considerar as mudanças na organização da produção e do trabalho introduzidas ou intensificadas neste período, pois, em lugar de transitórias, podem permanecer e se difundir pós-epidemia. É o que sustenta as associações empresariais, com ênfase na redução de impostos e especialmente no aprofundamento da flexibilização da legislação trabalhista executada no curso da pandemia. Para a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA): "Na crise, muitas coisas são teste para discutir lá na frente como permanente".[83]

Esta situação tem resultado numa brutal perda salarial e na intensificação do trabalho dos trabalhadores ocupados, ao lado do desemprego massivo e do desalento dos jovens em condições de trabalhar, com um cenário de aprofundamento da pauperização absoluta e relativa das classes trabalhadoras. Do ponto de vista da saúde, significa um agravamento do adoecimento e da mortalidade devido a todas as causas.[84] O que coloca enormes desafios à organização atual dos trabalhadores, seja no plano sindical ou associativo e político. Apesar disso não podemos esquecer que os trabalhadores nunca deixaram de defender suas reivindicações específicas. Porque as contradições do capitalismo continuam a se desenvolver e o mundo não chegou a um ponto estável (Linhart, 1981).

[83] https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/empresarios-querem-manter-beneficios-do-governo-apos-fim-da-crise-do-coronavirus.shtml Acesso em 05/07/2020.

[84] Agravamento que inclui a exposição da maioria dos trabalhadores ao risco de adoecimento pela Covid-19 viabilizada pelo distanciamento social seletivo, apesar de aparentemente protegidos pela identificação de casos mediante a aplicação massiva de testes rápidos. Ver a esse respeito a crítica a esta medida na nota "Teste rápido não é garantia de imunidade", publicada no Fórum Acidentes do Trabalho disponível acessível pelo link <https://www.forumat.net.br/at/?q=node/2641> e a resenha científica "Immunity passports" in the context of COVID-19, da OMS, disponível em https://www.who.int/news-room/commentaries/detail/immunity-passports-in-the-context-of-covid-19 Acessos em 10/07/2020.

REFERÊNCIAS

ANDERSEN, Kristian G. et al. **The proximal origin of SARS-CoV-2**. Nat Med 26, 450-452 (2020). https://doi.org/10.1038/s41591-020-0820-9

AQUINO, Estela M. L. et al . **Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 25, supl. 1, p. 2423-2446, jun. 2020 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020006702423&lng=pt&nrm=iso Acesso em 30 de junho de 2020.

ARBIX, Glauco et al. **O Brasil e a nova onda de manufatura avançada: O que aprender com Alemanha, China e Estados Unidos**. Novos estud. CEBRAP, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 29-49, nov. 2017. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002017000300029&lng=pt&nrm=iso

BÉDARIDA, François. **Tempo presente e presença de história**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Usos e abusos de história oral. 5ª edi. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002,
BERLINGUER G. Medicina e política. São Paulo: Hucitec; 1978.

CALDAS, Lúcio A. **Nem morcegos, nem pangolim: foi o rinoceronte**. Revista Continentes (UFRRJ), ano 9, n. 16, 29 jun 2020 (ISSN 2317-8825). Disponível em:http://www.tiagomarino.com/continentes/index.php/continentes/article/view/290

CHUANG. **Social contagion: Microbiological Class War in China**. 2020. Disponível em http://chuangcn.org/2020/02/social-contagion/ Acesso em 02 de abril de 2020.

COLETIVO CHUANG. **Contágio social: Coronavírus e a luta de classes microbiológica na China / Coletivo Chuang**. Tradução e Apresentação de Amauri Gonzo. – São Paulo: Veneta, 2020. (Coleção Baderna). E-book. Disponível em: https://veneta.com.br/produto/contagio-social-epub/

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Historia do tempo presente e ensino de História**. Revista História Hoje, v. 2, n. 4, p.19-34, jul-dez 2013. Disponível em https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/90

DOSSE, François. **História do tempo presente e historiografia**. Tempo & Argumento – Revista de História do tempo presente, v. 4, n1, 2012. Disponível em http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304012012005

GOLONDRINA, Ferreira. **Poemas para não perder**. São Paulo: Edições Trunca, 2019. https://edicoestrunca.wixsite.com/trunca

HECK, Fernando Mendonça et al. **Os territórios da degradação do trabalho na Região Sul e o arranjo organizado a partir da COVID-19: A centralidade dos frigoríficos na difusão espacial da doença.** Revista Metodologias e Aprendizado, v. 3 (2020): Mapeando COVID-19/Coronavirus, p. 54-68. Disponível em: http://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/1332

HOBSBAWM, Eric. **O presente como história**. In: HOBSBAWM, e. Sobre história. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ITURRI, José Antonio de la Mata. **A epidemia de cólera no Peru como um evento social**. As representações das lideranças comunitárias de Villa El Salvador, Lima, 1991. Escola Nacional de Saúde Pública, Dissertação de Mestrado, 1994.

KISSLER, Stephen M; et al. **Projecting the transmission dynamics of SARS-CoV-2 through the postpandemic period**. Science, v. 368, Issue 6493, pp. 860-868, 22 May 2020. Disponível em: https://science.sciencemag.org/content/368/6493/860

LATOUR, Bruno (1988). The Pasteurization of France. Boston: Harvard University Press.

LINHART, Robert. **O açúcar e a fome: pesquisa nas regiões açucareiras do nordeste brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

PETERSEN, Eskild M. et al. **Comparing SARS-CoV-2 with SARS-CoV and influenza pandemics**. The Lancet Infectious Diseases. Publicado: 03 de julho de 2020DOI: https://doi.org/10.1016/S1473-3099(20)30484-9

RIBEIRO, C R de ET AL. **Gripe aviária: a ameaça do século XXI**. Jornal Brasileiro de Penumonologia, 35 (5): 470-479, 2009.

ROOS, Robert (8 de agosto de 2011). **Study puts global 2009 H1N1 infection rate at 11% to 21%.** Center for Infectious Disease Research and Policy.

ROSEN, George. **Uma história da Saúde Pública**. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1994.

STARK, Evan. **The Epidemic as a Social Event.** International Journal of Health Services, v. 7, n. 4, 1977.

TERRIS, Milton. **As relações dinâmicas da epidemiologia com a sociedade: a conferência Robert Cruikshank**. Cadernos Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 13 (2): 545 - 566, 2005. Tradução de Diana Maul de Carvalho. Disponível em: http://www.cadernos.iesc.ufrj.br/cadernos/images/csc/2005_2/artigos/CSC_2005_2_miltonterris.pdf Acesso em 15/06/2020.

VARELA, Raquel. **O Pacto Social Europeu 1945 e a União Européia**. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 574 - 600, jan./abr. 2019.

VERITY, Robert et al. **Estimates of the severity of coronavirus disease 2019: a model-based analysis**. The Lancet Infectious Diseases. v. 20, Issue 6, p.669-677, June 01, 2020. DOI:https://doi.org/10.1016/S1473-3099(20)30243-7

WALLACE, Robert. **Notes On A Novel Coronavirus**. 29 janeiro 2020. Climate & Capitalism. Disponível em https://climateandcapitalism.com/2020/01/29/coronavirus-a-deadly-result/

WALLACE, Robert. **Big Farms Make Big Flu: Dispatches on Infeccious Deisaease, Agribusiness and the Nature of Science**. NewYork: Monthly Review Press, 2016.

WALLACE, Rob, LIEBMAN, Alex , CHAVES, Luis Fernando and WALLACE, Rodrick. **COVID-19 and Circuits of Capital. 2020**, Volume 72, Issue 01 (May 2020). Disponível em:

https://monthlyreview.org/2020/05/01/covid-19-and-circuits-of-capital/ Uma versão desse em português encontra-se disponível em: http://www.esquerdadiario.com.br/O-COVID-19-e-os-circuitos-do-capital Acesso em 30.06.2020.

WERNECK, Guilherme Loureiro e CARVALHO, Marília de Sá, 2020. **A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada.** Cadernos de Saúde Pública, 30 (5): 1-4, maio 2020. Disponível http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1036/a-pandemia-de-covid-19-no-brasil-crnica-de-uma-crise-sanitria-anunciada Acesso em 30 de junho de 2020

A pandemia de Covid 19: debatendo aspectos políticos e movimentos sociais

The Covid pandemic 19: debating political aspects and social movements

La pandemia del covid 19: debatiendo aspectos políticos y movimientos sociales

21-09-2020

Aluisio Gomes da Silva Junior
UFF
Niterói, RJ- Brasil
agsilvaj@gmail.com

Provocado pelo instigante texto "Capitalismo e pandemia do novo coronavírus: uma incerta história do tempo presente" de Eduardo Stotz e José Augusto Pina que reflete sobre as condições em que ocorre a pandemia de COVID 19 em nosso país, principalmente em relação aos trabalhadores que tiveram suas vidas afetadas e se preocupam com a situação pós-pandemia, gostaria de refletir sobre alguns dos aspectos mencionados pelos autores. Coube-me um lugar privilegiado de observação ao participar do comitê científico de um dos municípios que se destacou no enfrentamento da pandemia, Niterói -RJ, cuja experiência relatamos em Silva Junior et al. (2020), serve como exemplo da atuação diferenciada de alguns municípios e estados e permite ilustrar os pontos que quero debater.

Em primeiro lugar, como alertaram os autores, estamos no curso da pandemia e as situações evoluem em extrema rapidez como, por exemplo, o fato da doença já ter atingido mais de 4 milhões de casos e 130 mil óbitos no início de setembro no Brasil. As curvas de incidência demonstram que o pico foi atingido no mês de julho na maioria do território nacional, entretanto, a queda se dá de forma lenta, em platô e com subidas esporádicas, revelando o efeito das medidas de isolamento social feitas de forma descoordenadas e insuficientes, e um processo de flexibilização desprovido de lógica científica em muitos estados e municípios (G1-Globo,2020). Ainda sofreremos com a pandemia, por mais tempo do que se comparados aos países que levaram a sério as medidas de proteção às suas populações.

O município de Niterói se destacou por fazer um enfrentamento já em fevereiro quando os primeiros casos aconteciam no Brasil e por articular medidas sanitárias com medidas de proteção social e garantia de renda que beneficiaram cerca de 30 por cento da população do município. Beneficiários de bolsa família, autônomos, microempreendedores, vendedores ambulantes e outros trabalhadores na informalidade foram os alvos principais dos auxílios. Pequenos comerciantes com até 19 empregados, tiveram a folha salarial paga pela prefeitura com a contrapartida da garantia de manutenção dos empregos e outros empresários de pequeno porte tiveram empréstimos bancários para capital de giro com juros pagos pela prefeitura com carência de 6 meses. Estas medidas, tomadas dois meses antes dos auxílios federais serem disponibilizados e estendidas até ao final do ano, contribuíram para adesão de mais de 50% da população às abrangentes medidas de

distanciamento social como fechamento da maioria dos estabelecimentos comerciais e escolares, logradouros públicos e controle de entrada de veículos de outros municípios, durante os primeiros quatro meses. Houve uma intensa discussão com diversos setores da sociedade numa perspectiva de pactuação e apoio às medidas da prefeitura e a comunicação em todas as mídias sociais informava à população o passo a passo das medidas e seus resultados.

Os resultados foram muito positivos em termos de número de óbitos e da curva de incidência que teve um comportamento de pico típico entre 26/4 e 23/5 com queda sustentada nas semanas seguintes (Niterói-SMS-SAGeo, 2020). A rede hospitalar de Niterói, pública e privada, trabalhou com altas taxas de ocupação, mas não colapsou no momento de pico e a taxa de letalidade foi de 2,59%, segundo a UFRJ-Covidímetro (2020), a menor da região metropolitana do Rio de Janeiro, cuja a média foi 4,14% (Metro II), 6,86% (Metro I sem a capital) e a da capital foi 11,46%. Isso demonstra que seria possível uma atuação coordenada em nível regional com suporte federal e esta ação preservaria mais vidas e desorganizaria menos a economia local.

Ao final do quarto mês de isolamento apareceram as manifestações de descontentamento e as pressões de alguns setores para a flexibilização.

A equipe técnica da Prefeitura elaborou um plano de flexibilização baseado num painel de indicadores epidemiológicos e de assistência que configuram um indicador síntese com faixas de cores de roxo (altíssimo risco), vermelho (grave), laranja (atenção máxima), amarelo (alerta máximo) e amarelo claro (alerta) em fases que evoluiriam conforme as alterações do painel. Junto a elaboração do painel também foram elaborados protocolos detalhados de biossegurança a serem aplicados aos diversos serviços que fossem flexibilizados na abertura (Niterói-SMS,2020).

Alguns setores como o comercio de shoppings e as escolas privadas foram os que exerceram maiores pressões para reabertura. Esta pressão aumentou sobremaneira quando o governo estadual e do município do Rio anunciaram a reabertura de escolas privadas e públicas.

Destaco o segmento das escolas privadas onde a intensificação do trabalho ocorreu de forma semelhante ao relatado por Stotz e Pina (2020) em relação ao setor de Petróleo e Gás. A maioria das escolas privadas utilizou sistemas remotos de ensino com intensificação do trabalho dos professores que se viram obrigados a trabalhar em esquemas domésticos, durante mais horas do que o normal, utilizando seus próprios recursos tecnológicos para se manter em casa a salvo. A alternativa oferecida pelas escolas era a gravação de aulas no ambiente das escolas expondo os professores aos riscos dos transportes públicos e deslocamentos, como denunciado pelo sindicato da categoria (São Gonçalo, 2020; Ribeiro, 2020)

A equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde apoiada por nota técnica do Comitê Científico (UFF-UFRJ-Fiocruz) conseguiu dissuadir momentaneamente o movimento das escolas. Mas as

pressões não terminaram, o governo estadual resolveu autorizar a volta das escolas. O Ministério Público entrou com medida cautelar e teve sentença favorável a suspensão da medida estadual. Esta situação é ainda mais contraditória quando uma pesquisa encomendada pela Prefeitura revela que cerca de 70 % dos pais com filhos em escolas privadas não se sentem seguros de retornar seus filhos. Estudo americano (De Biasi, Delaney, 2020) alerta para o risco de disseminação da doença pelas crianças assintomáticas no retorno às escolas. Já a Sociedade de Pediatria do RJ se manifesta favorável ao retorno às aulas desde que se tomem as medidas de mitigação do contágio (SOPERJ, 2020).

Parece que estamos longe de um consenso sobre o retorno das escolas.

Os grupos econômicos buscam suas representações e estratégias de pressão para fazer valer seus interesses e a omissão dos níveis federal e estadual facilitam esta atuação. A maioria dos municípios alega uma perda de arrecadação enorme que não foi suportada pelos repasses federais tardios e insuficientes. Os municípios com maiores recursos, como Niterói, embora tomando as devidas providências para manter sua população em distanciamento social, ficam isolados, recebendo todas as pressões diretas e indiretas.

No que tange aos possíveis rumos de nossa sociedade pós-pandemia, merecem destaques a atuação do Ministério Público com as medidas cautelares e questionamentos que impedem muitas vezes as decisões baseadas na lógica do capital e os movimentos sociais que surgiram como auto-organização das comunidades no enfretamento solidário da pandemia e na denúncia das condições de vida da população e da disseminação de informações falsas como nas experiências dos Complexos da Maré, Manguinhos e Alemão no Rio de Janeiro (Mendonça et al, 2020) e a Frente Papagoiaba e os Jovens Comunicadores de Niterói e São Gonçalo (Latgé et al, 2020)

Faço parte daqueles apontados por Stotz e Pina (2020) como “otimistas” por ver nestes movimentos que parecem se estruturar para a continuidade da luta, o estabelecimento do que Valla (1993) chamava de vigilância popular em saúde e outros meios de participação na política de saúde. A articulação popular com profissionais de saúde da rede de serviços e com os agentes de garantia de direitos são promissoras na potência destes movimentos em produzir pressões reivindicatórias de políticas de proteção social e dar visibilidade às descomunais desigualdades existentes.

Contudo, em nosso país, cabe certa cautela com as previsões. Como diria Gramsci, devemos seguir com o pessimismo da razão e o otimismo da vontade! (1936; 2017)

REFERÊNCIAS

DEBIASI RL, DELANEY M. **Symptomatic and Asymptomatic Viral Shedding in Pediatric Patients Infected With Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2 (SARS-CoV-2): Under the Surface.** JAMA Pediatr. Published online August 28, 2020. doi:10.1001/jamapediatrics.2020.3996

G1- Globo. Disponível em https://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/estados-brasil-mortes-casos-media-movel/#/ Consultado em 31/08/2020

GRAMSCI, Antônio. Caderno do Cárcere n. 1. **Civilização Brasileira** – Rio de janeiro ,8ª edição ,2017

LATGÉ, P.; ARAÚJO, D.; SILVA JÚNIOR, A. **Comunicação, educação e vigilância popular em saúde em tempos de COVID-19 – a experiência das comunidades de Niterói, RJ**. APS EM REVISTA, v. 2, n. 2, p. 122-127, 9 jun. 2020. https://doi.org/10.14295/aps.v2i2.110

MENDONÇA, M. H.; SILVA JUNIOR, A.; CUNHA, C. L.; LATGÉ, P. **A pandemia COVID-19 no Brasil: ecos e reflexos nas comunidades periféricas**. APS EM REVISTA, v. 2, n. 2, p. 162-168, 8 jun. 2020. https://doi.org/10.14295/aps.v2i2.124

NITERÓI – SMS-SAGeo-SEPLAN - **Painel de Análise Evolução COVID 19** – disponível em https://experience.arcgis.com/experience/305269f3cdd24839b263c5ab346e1aa7 Consultado em 31/08/2020

NITERÓI - SMS - **Plano de transição ao novo normal**. Disponível em http://www.saude.niteroi.rj.gov.br/ Consultado em 31/08/2020

Ribeiro, Carolina. Site A seguir. disponível em https://www.aseguirniteroi.com.br/post/professores-cobram-mais-debate-sobre-volta-%C3%A0s-aulas-em-niter%C3%B3i Consultado em 31/08/2020

SÂO GONÇALO, O. Disponível em https://www.osaogoncalo.com.br/geral/86536/professores-da-rede-privada-de-niteroi-e-sg-denunciam-falta-de-apoio-do-sindicato Consultado em 31/08/2020

SILVA JUNIOR, A.; LATGÉ, P.; DE OLIVEIRA, R.; FRANCO, C.; VASCONCELOS, M. **A experiência de Niterói no enfrentamento da COVID 19: notas preliminares sobre a articulação de políticas sociais e de saúde**. APS EM REVISTA, v. 2, n. 2, p. 128-136, 9 jun. 2020. https://doi.org/10.14295/aps.v2i2.126

SOPERJ. Disponível em http://soperj.com.br/direito-universal-a-educacao/ Consultado em 31/08/2020

UFRJ-Covidímetro, disponível em https://coronavirus.ufrj.br/wpcontent/uploads/sites/5/2020/09/notaTecnicaR_17_3008.pdf Consultado em 31/08/2020

VALLA, V.V. **A questão da capacitação técnica no Brasil**, in VALLA, V.V.& STOTZ, E. N (Orgs.). Participação Popular, Educação e Saúde: Teoria e Prática-Rio de Janeiro: Relume-Dumará,1993. p. 60-90. Disponível em: https://www.victorvincentvalla.com.br/publicacoes/participacao-popular-e-saude/ Consultado em 31/08/2020

Na pandemia os trabalhadores essenciais lutam pela vida

In the pandemic essential workers fight for their life

En la pandemia, los trabajadores esenciales luchan por la vida

14-09-2020

Marcelo Juvenal Vasco
Secretaria de Saúde,
Segurança, Tecnologia e
Meio Ambiente
Federação Nacional dos Petroleiros
Rio de Janeiro, RJ - Brasil
juvenalsindipetro@hotmail.com

Desde o início da pandemia, milhares de trabalhadores tiveram suas rotinas alteradas de modo que o principal objetivo fosse reduzir o risco de contato com o novo coronavírus. Algumas atividades foram suspensas, por força de instrumentos legais, mantendo seus trabalhadores em quarentena, na proteção de suas residências sem que houvesse a possibilidade de estarem em situações de aglomerações favorecendo a contaminação com o vírus. Os trabalhadores dos serviços médicos e das atividades responsáveis em fornecer serviços básicos para a população brasileira no enfrentamento a pandemia foram denominados de trabalhadores essenciais. Impulsionados pela coragem e perseverança, tiveram que continuar laborando normalmente de modo a garantir a sobrevivência das pessoas que adoeceram e daquelas que estavam em quarentena.

De acordo com Algranti et al (2020)[1], o risco de transmissão do Sars-CoV-2 está presente em qualquer ambiente de trabalho, no entanto, as particularidades de cada segmento e disposições dos ambientes é que vão elevar este risco ou não.

Para o debate com os autores do texto principal "Capitalismo e pandemia do novo coronavírus: uma incerta história do tempo presente" seria impossível que minha participação não aprofundasse, buscando uma resposta às situações e peculiaridades dos trabalhadores essenciais brasileiros, do por que afinal, as pessoas estão divididas entre as que podem ou não estar em quarentena e por que aqueles que estão arriscando suas próprias vidas diante da pandemia estão sendo atacados pela lógica capitalista, ao invés de estarem sendo valorizados.

Evidentemente que a população reaja com tamanha comoção sempre que divulgado casos de médicos contaminados com o novo coronavírus. Para Jackson Filho et al (2020) [2] fica evidente a

[1] Algranti, E.; Trivelato, G. C.; Jackson Filho, J. M.; Silva, R. G. Prevenção à Covid - 19: orientações para prevenção e controle da Covid - 19 nos locais de trabalho. Org.: Benevides, E. A. S. São Paulo: Fundacentro, 32 p. 2020. Disponível em: http://arquivosbiblioteca.fundacentro.gov.br/exlibris/aleph/u23_1/bd/Cartilha%20Recomendacoes%20Gerais%20FLV%20_SNR.pdf. Acesso em 10.09.2020.

[2] Jackson Filho, J. M.; Assunção, A. A; Algranti, E.; Garcia, E. G.; Saito, C. A.; Maeno, M. A saúde do trabalhador e o enfrentamento da COVID-19. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional [internet], 45: p.14, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbso/v45/2317-6369-rbso-45-e14.pdf. Acesso em 05.09.2020.

preocupação das autoridades com a disseminação do novo coronavírus entre trabalhadores essenciais do setor de saúde mais isto não ocorre para os demais trabalhadores essenciais, outrossim existe carência de dados que possa garantir a rastreabilidade e identificar se a transmissão da doença foi durante o exercício da profissão e se profissional ou do trabalho.

O texto principal dos autores impulsiona nosso debate sobre como o sistema capitalista está lidando com os direitos da classe trabalhadora durante a pandemia. Deste modo, acrescento elementos no debate que apontam investidas comuns as regras trabalhistas, inclusive a setores tidos como essenciais no enfrentamento a crise sanitária.

A PRESERVAÇÃO DO DIREITO A SAÚDE E A VIDA DOS TRABALHADORES ESSENCIAIS

Os direitos trabalhistas que estavam sob ameaça antes mesmo da pandemia se tornaram alvos de ataques não só pelos empregadores, mas também pelo governo federal que interferiu por meio de projetos de flexibilização da CLT e pela condução dos processos de negociação coletiva com os servidores públicos e trabalhadores das empresas públicas e estatais. Os trabalhadores dos Correios, Metroviários, Petroleiros e Bancários considerados de atividades essenciais tiveram a data-base negocial coincidindo com o período da pandemia, com isto sofreram fortes ataques em seus acordos coletivos de trabalho ainda que laborando normalmente e arriscando suas vidas. Em virtude das condições da crise sanitária, eles ficaram impossibilitados de organizarem uma greve geral que teria como objetivo defender seus adicionais remuneratórios que visam à compensação do risco a integridade física e aos seus planos de saúde.

Em meio à pandemia, os metroviários receberam ameaças de retirada do adicional de risco de vida dos trabalhadores bilheteiros e dos agentes de segurança metroviários, de aumento do custeio do plano de saúde dentre outros ataques. Após longo desgaste no processo de negociação e deflagração de greve em 23 de junho de 2020 conseguiram a manutenção de seus direitos.[3]

Ao mesmo passo, os trabalhadores essenciais dos Correios receberam como proposta de alterações em cláusulas do acordo coletivo a retirada do adicional de risco de vida dos carteiros além de 50% de aumento no custeio do plano de saúde. Associada a inúmeras denúncias sobre a falta de medidas de controle na pandemia, iniciam uma greve nacional para defender seus direitos - e pelas suas vidas - em 17 de agosto de 2020.[4]

Os petroleiros pretendiam a manutenção de seus direitos na integra, para isto era necessário a prorrogação da vigência do acordo coletivo até o fim da pandemia. No entanto a hierarquia da

[3] Esquerda Diário. Metrô/SP ataca saúde, "risco de vida" e benefícios em meio à pandemia. Veja ponto a ponto. 23 de junho de 2020. Disponível em: https://www.esquerdadiario.com.br/Metro-SP-ataca-saude-risco-de-vida-e-beneficios-em-meio-a-pandemia-Veja-ponto-a-ponto. Acesso em 07.09.2020.

[4] Brasil de Fato. Você sabe qual o impacto do corte de direitos para os trabalhadores dos Correios? 26 de agosto de 2020. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/08/26/voce-sabe-qual-o-impacto-do-corte-de-direitos-para-os-trabalhadores-dos-correios. Acesso em 07.09.2020.

Petrobrás encaminhou proposta de discussão com reajuste zero e atacando frontalmente o plano de saúde desses trabalhadores essenciais, propondo elevar de 30% para 50% o fator de participação e custeio das despesas médicas dos petroleiros.[5]

Do mesmo modo, os bancários da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil receberam as mesmas investidas de precarização no trabalho, aumento da participação em custeio do plano de saúde para os funcionários antigos e discriminando os PcDs contratados recentemente em não estender direito aos benefícios do plano.[6, 7]

A direção da Petrobrás e a gestão dos bancos tentam implementar a Resolução 23 da CGPAR [8] que estabelece que todas as empresas públicas ou de economia mista reduzam a participação no pagamento de planos de saúde, aumentando a dos participantes, ignorando, inclusive, decisões de liminares judiciais em favor dos trabalhadores destas estatais.

A pauta da saúde do trabalhador desenvolvida em cenários políticos e sociais amplos e complexos definidos por Mendes & Dias (1991) [9], foi regulamentada no reconhecimento do exercício de direitos fundamentais, como o direito à recusa ao trabalho em condições de risco grave para a saúde ou a vida, infelizmente vem sendo colocada como uma necessidade secundária.

A contradição que se coloca é a necessidade da preservação da saúde dos trabalhadores essenciais frente ao oportunismo do sistema capitalista, que na ânsia de reduzir custos, inclui o aumento das co-participações dos planos de saúde, em tempos de pandemia que deveria ser totalmente, e somente, transferida para os empregadores.

O DESRESPEITO DOS APROVEITADORES DA PANDEMIA SOBRE OS TRABALHADORES

O projeto da carteira verde e amarela[10,] regrada pela insegurança da informalidade, foi aprovada pelos deputados federais em meio à pandemia e seguiu para ser reeditada pelo governo. Ele retira direitos fundamentais e precariza condições de trabalho, como por exemplo, permite a contratação

---

[5] Federação Nacional dos Petroleiros. Aumento em AMS. Petrobrás propõe aumento médio de 263% na AMS. Diga não à proposta de ACT!. 27 de agosto de 2020. Disponível em: http://www.fnpetroleiros.org.br/noticias/6115/aumento-em-ams. Acesso em 09/09/2020.

[6] Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro. CEE/ Caixa defende Saúde Caixa para todos. 18 de agosto de 2020. Disponível em: https://contrafcut.com.br/noticias/cee-caixa-defende-saude-caixa-para-todos/. Acesso em 11.09.2020.

[7] Sindicato dos Bancários do Espirito Santo. ANABB vence ação na justiça contra Resolução CGPAR 23.14 de agosto de 2020. Disponível em: https://www.bancarios-es.org.br/anabb-vence-na-justica-acao-contra-cgpar-23/. Acesso em 11.09.2020.

[8] BRASIL. Resolução nº 23, de 18 de janeiro de 2018. Https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/kujrw0tzc2mb/content/id/2154714/do1-2018-01-26-resolucao-n-23-de-18-de-janeiro-de-2018-2154710. Acesso em 08.09.2020.

[9] Mendes. R. & Dias, E.C: Da Medicina do trabalho a saúde do trabalhador. Revista de Saúde Pública. 25(5).345p. São Paulo, 1991.

[10] Brasil de Fato. Em meio à pandemia, Câmara aprova Carteira Verde e Amarela e retira mais direitos. Para novos contratos, o pagamento mensal deverá seguir o teto de R$ 1.558,50; medida precisa ser aprovada pelo Senado. 15 de abril de 2020. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/04/15/em-meio-a-pandemia-camara-aprova-carteira-verde-e-amarela-que-retira-direitos. Acesso em 05.09.2020.

de jovens até 28 anos sem as garantias da CLT, incentiva a redução de salários para quem tem 55 anos, põe fim a contribuição de INSS para aposentadoria, amplia a jornada de trabalho dos bancários, adota o domingo como dia normal de trabalho, dentre outros.

Outro pacote de redução de direitos é a modalidade do teletrabalho que vem tomando espaço com o advento da pandemia, se solidificando em grandes empresas e grupos econômicos, favorecidos, neste contexto, pela promulgação da Lei 13.467/2017 [11] que alterou a legislação trabalhista. Essa "nova" forma de trabalhar se incluí no acordo individual de trabalho previsto na legislação, onde são impostas condições de arranjos sem a devida compensação, em detrimento das negociações coletivas.

Nas áreas administrativas da categoria petroleira, o teletrabalho vem sendo implementado de forma unilateral, sem a devida negociação para sua regulamentação com os sindicatos. As Federações dos Petroleiros seguem denunciando a possibilidade de perda de direitos de adicionais previstos no Acordo Coletivo da categoria e sobre a necessidade de repasse dos custos a Petrobrás que resiste em abrir as negociações.[12]

Os petroleiros de área industrial têm realizado suas atividades normalmente durante a pandemia, mas enfrentam a negação da possibilidade de contaminação no exercício do trabalho ou durante deslocamento de suas residências. [13]

"Quem está trabalhando fora de casa, o faz por necessidade e não por desejo. Nesse contexto, trabalhadores de atividades essenciais e mesmo de atividades não essenciais saem diariamente e têm sido expostos a situações que propiciam a contaminação pelo SARS-Cov2. São convocados para trabalhar!" definem Maeno e Carmo (2020) [14].

Os trabalhadores essenciais são convocados a trabalhar e arriscar suas vidas e estão sendo premiados com ataques em seus direitos, ao invés de serem valorizados por garantir a continuidade dos serviços básicos e essenciais aos brasileiros.

---

[11] Lei 13.467 de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis n º 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em 07.09.2020.

[12] Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista. Sindicato vê risco de Teletrabalho Permanente em Termo de Prorrogação enviado pela Petrobrás. 02 de julho de 2020. Disponível em: http://www.sindipetrolp.org.br/noticias/27643/sindicato-ve-risco-de-teletrabalho-permanente-em-termo-de-prorrogacao-enviado-pela-petrobrás. Acesso em 01.09.2020.

[13] Federação Nacional dos Petroleiros. Brasil atinge a marca de 100 mil mortes por Covid-19 e perde 18 Petroleiros. 08 de agosto de 2020. Disponível em: http://www.fnpetroleiros.org.br/noticias/6074/brasil-atinge-a-marca-de-100-mil-mortes-por-covid-19-e-perde-18-petroleiros. Acesso em 01.09.2020.

[14] Maeno, M.; Carmo, J. C. A covid-19 é uma doença relacionada ao trabalho. Observatório de Medicina da Escola Nacional de Saúde Pública. ENSP, Fiocruz, 2020. Disponível em http://observatoriodamedicina.ensp.fiocruz.br/a-covid-19-e-uma-doenca-relacionada-ao-trabalho-por-maria-maeno-e-jose-carlos-do-carmo/. Acesso em 10.09.2020.

A tendência ao agravamento das tensões entre capital e trabalho

The tendency to worsen tensions between capital and work.
La tendencia al agravamiento de las tensiones entre capital y trabajo.

27-10-2020

Eduardo Stotz
DENSP/ENSP/FIOCRUZ
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
stotz@ensp.fiocruz.br
eduardostotz@gmail.com

José Augusto Pina
CESTEH/ENSP/FIOCRUZ
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
augusto@ensp.fiocruz.br

Ao retomar a escrita deste capítulo da história imediata dedicada aos efeitos da pandemia de coronavirus no Brasil para respondermos aos comentaristas, pretendemos inicialmente apresentar um breve balanço da evolução dos fatos examinados nos sete meses decorridos desde então.

O panorama mundial registrado pela John Hopkins University com base nos dados de 16 de outubro apontava 38.988.886 casos confirmados e 1.099.380 óbitos confirmados, tendo os Estados Unidos da América, a Índia e o Brasil enquanto países com maiores quantitativos.

Países	**Casos**	**Mortes**
EUA	7.980.899	217.717
India	7.370.468	112.161
Brasil	5.169.386	152.460

Fonte: John Hopkins University/Coronavirus Resource Center - https://coronavirus.jhu.edu/map.html. Acesso em 16.10.2020, às 08:24 horas

No Brasil, a tendência de crescimento, estabilidade ou queda é medida pela média móvel de novos casos e de mortes na última semana em relação à anterior, ou seja, aos dados registrados em 14 dias. No dia 15 de outubro, o consórcio da imprensa observa um declínio de 25% na média de casos e de 26% na de mortes.[1]

Contudo, apesar dessa queda, é importante observar que os números de casos e dos óbitos ainda estão em patamares bem altos. Casos e mortes por Covid-19 permanecerão na realidade nacional, bem como as oscilações e flutuações dos dados. O fraco e instável distanciamento social seguido de progressiva e rápida liberalização, apesar do elevado número de casos e mortes, determinam esse quadro e o prolongamento da primeira onda da epidemia no país.

[1] G1. Globo, 15/10/2020: Brasil tem mais de 152 mil mortos por Covid-19 e média móvel de 497 óbitos por dia. Disponível em https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/10/15/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-15-de-outubro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml. Acesso em 16.10.2020.

É importante situar o quadro brasileiro no contexto internacional da pandemia uma vez que o que acontece fora de nossas fronteiras pode ser apenas o presente de nosso futuro.

Enquanto a primeira onda não parece ter se esgotado nos EUA, Brasil e Índia, importa observar uma segunda onda da pandemia na Europa:

De acordo com dados da AFP baseados em fontes oficiais, a Europa registrou 6,8 milhões de casos e mais de 245.000 mortes por coronavírus. A situação agravou-se em países como Espanha, França e Portugal mas o aumento se faz notar inclusive na Alemanha com um novo número de casos recorde desde a declaração da pandemia.[2]

O agravamento da situação epidêmica, indicando uma segunda onda na Europa, foi considerado extremamente grave pela seção da OMS na região. A Europa se defronta com o risco de um confinamento generalizado, algo a ser evitado a qualquer custo segundo comissária européia para a Saúde, Stella Kyriakides.[3] A que custo? Ao de confinar as populações ditas "socialmente vulneráveis" nas maiores cidades para interromper ou reduzir a transmissão do vírus. Um exemplo é o bairro de Saint-Denis, em Paris, mais conhecido do ponto de vista turístico por localizar o estádio Nacional construído pela FIFA para a Copa do Mundo de 1998 do que pela significativa população árabe do Magreb residente no que, antes de 1980, fora uma área operária. O elevado nível de trabalho informal e de desemprego, a criminalidade e a brutalidade policial entre a população imigrante na França conduziram os jovens a uma onda de distúrbios que em 2005 tiveram epicentro em Saint-Denis. A população do bairro continua a sofrer dos mesmos problemas, agravados na pandemia com uma das mais altas taxas de mortalidade por Covid-19 e agora tem sido, novamente, alvo da discriminação política. A propósito do confinamento desta população, Hamza Esmili, sociólogo e professor de Paris VIII, observou em abril de 2020 que a medida do confinamento, apesar de necessária para frear a pandemia, pressupunha uma realidade inalcançável:

[2] Notícias UOL, 15/10/2020. Disponível em https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2020/10/15/europa-multiplica-restricoes-diante-de-avanco-muito-preocupante-do-coronavirus.htm. Acesso em 16.10.2020.

[3] Notícias UOL, 15/10/2020: Europa multiplica restrições diante de 'avanço muito preocupante' do coronavírus. Disponível em https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2020/10/15/europa-multiplica-restricoes-diante-de-avanco-muito-preocupante-do-coronavirus.htm Acesso em 16.10.2020.

> El confinamiento es un concepto burgués. La idea es que todos tengamos una casa individual, un poco burguesa, en la que podamos refugiarnos cuando haya una pandemia o un desastre natural. Pero lo que veo en los barrios pobres no es para nada eso. Existe una realidad rodeada de condiciones insalubres, pero no solo eso. En este tipo de barrios, hay casas en las que viven cuatro o cinco personas por habitación, por ejemplo. También hay viviendas que no son habitables, en las que o puedes quedarte todo el día, porque prácticamente el espacio no se presta para ello.4

Na Espanha, as medidas repressivas (confinamento, multas) adotadas pelo governo municipal de Madrid suscitaram uma ampla indignação e mesmo revolta popular, como a que ocorreu no bairro operário Vallecas, nesta capital.[5] Vale registrar aqui a opinião de uma enfermeira de um centro de atenção num vídeo copiado por um internauta para explicar o que aconteceu nos bairros operários de Madri e o desastre da gestão municipal. Nas imagens assiste-se a entrevista de Flora Espejo, enfermeira do Centro de Saúde Buenos Aires, que, diante da sobrecarga dos serviços da atenção primária em atender à população, aponta, ao invés de responsabilizar os profissionais, em que consiste o verdadeiro problema ao perguntar: quem tem de trabalhar, quem precisa se locomover, quem deve viver numa família de oito pessoas em 48 metros quadrados, quem são? A classe operária, responde ela. E ademais, os responsáveis pela gestão pública – uma referência à presidente da Comunidade de Madri, Isabel Díaz Ayuso, do Partido Popular, vista pelos comentaristas da notícia como defensora do "liberalismo y libre mercado com glamour" – não tem idéia do que eles estão sofrendo e como são maltratados.[6] Qualquer semelhança com os nossos bairros populares e favelas não é mera coincidência: estamos falando da realidade social no capitalismo.

O comentário de Aluisio Gomes da Silva Junior a respeito da relevância dos movimentos (operários, sindicais, populares) suscita, da parte dele, uma avaliação "otimista" amparada no argumento do otimismo da vontade de frase citada de Antonio Gramsci. A avaliação "otimista" ou "pessimista" dos desdobramentos sociais e políticos da pandemia não dependem tanto, a nosso ver, da existência de movimentos em si e mais do desenvolvimento da luta de classes e, portanto, do grau de unificação das lutas, da consciência e de organização logrados por estes movimentos para pesar na correlação de forças entre as classes sociais.

É o que podemos observar, a partir do comentário de Marcelo Juvenal Vasco, com a continuidade da intensificação da exploração dos trabalhadores no contexto da pandemia, expresso nos ataques desfechados pela burguesia em demissões, contratos individuais, terceirização, aumento dos custos de participação dos empregados com plano de saúde, rebaixamento salarial, retirada de adicionais

---

[4] BBC News Mundo, 12/04/2020: "El confinamiento es un concepto burgués": cómo el aislamiento afecta a las distintas clases sociales". Disponível em https://www.bbc.com/mundo/noticias-internacional-52216492. Acesso em 16.10.2020.

[5] El País, 20 sep. 2020: "Protestas contra las restricciones en Madrid: No han hecho nada en seis meses para reforzar los servicios". Disponível em https://elpais.com/espana/madrid/2020-09-20/protestas-contra-los-confinamientos-ya-no-vamos-a-poder-tomar-una-cana-en-el-barrio-pero-si-ir-a-otros-para-servirla.html Acesso em 16.10.2020.

[6] Disponível em https://twitter.com/pnique/status/1306562556409020416?s=12 Acesso em 17.10.2020.

remuneratórios e eliminação de outros direitos conquistados nas convenções e acordos coletivos de trabalho.

Ao trazer as lutas de categoriais de trabalhadores como metroviários, empregados dos correios, bancários, petroleiros, todos em "atividades essenciais", e, nestes diferentes setores, lançar luz para a similaridade dos "ataques não só pelos empregadores, mas também pelo governo federal", Marcelo Juvenal permite apreender o contexto destes ataques não como eventos pontuais e isolados em cada empresa ou categoria, mas como ofensiva da classe capitalista sobre as classes trabalhadoras. Essa ofensiva geral da burguesia, que, como mencionamos no texto inicial deste debate, supõe, apesar das rusgas políticas e concorrência econômica, sua unidade de ação no Estado (executivo, legislativo e judiciário) no enfrentamento às lutas dos trabalhadores.

Nesse sentido, devemos entender a resposta estatal à greve dos trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafo (ECT) com a eliminação de direitos conquistados no curso de mais de 30 anos de luta, expressa na decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que extinguiu 50 cláusulas do acordo coletivo (como, por exemplo, redução do valor das horas extras, adicional de risco, adicional noturno, tíquete alimentação, licença maternidade de 180 dias, auxílio creche e auxílio para filhos com necessidades especiais).[7] O TST chancelou o expurgo dos direitos dos trabalhadores pela ECT no curso do processo de privatização da empresa conduzido pelo governo federal.

Também importa destacar o aval dado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para a venda de ativos da Petrobras, como refinarias, por meio do desmembramento e criação de subsidiarias, progressivamente incorporadas ao processo de privatização da estatal.[8] Ao mesmo tempo, como cita Marcelo Juvenal, a empresa impôs perdas aos trabalhadores para renovação do acordo coletivo de trabalho deste ano: reajuste zero e ampliou os custos dos funcionários com o plano de saúde, além da continuidade da implantação unilateral do teletrabalho intensificada com a pandemia. Soma-se também uma série de alterações que ampliam a carga horária de trabalho, incorporam o banco de horas e a perda ou redução de adicionais de hora extra dos trabalhadores nas áreas operacionais da Petrobras e as demissões, redução salarial, aumento da jornada entre os terceirizados.

Os casos dos Correios e da Petrobras sinalizam para entendimento da intensificação da exploração dos trabalhadores como fundamento do processo de privatização de empresas estatais.

É parte da ofensiva da burguesia contra o conjunto dos trabalhadores a ação política, jurídica e ideológica para evitar a generalização das lutas dos trabalhadores, mantendo-as segmentadas por

[7] Intersindical - Instrumento de luta e Organização da Classe trabalhadora. Maioria dos ministros do TST passa por cima de direitos históricos dos trabalhadores nos correios ao tentar exterminar 50 cláusulas da convenção coletiva. 22 de setembro de 2020. Disponível em: http://www.intersindical.org.br/2020/09/22/maioria-dos-ministros-do-tst-passa-por-cima-de-direitos-historicos-dos-trabalhadores-nos-correios-ao-tentar-exterminar-50-clausulas-da-convencao-coletiva/. Acesso em: 24/10/2020

[8] STF libera Petrobras a vender refinarias sem autorização do Congresso. Folha de São Paulo, 01 de outubro de 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/stf-libera-petrobras-a-vender-refinarias-sem-autorizacao-do-congresso.shtml. Acesso em 24/10/2020.

empresa, setor ou categoria, sobretudo em contexto de pandemia com intensificação da exploração (aumento do desemprego, redução de salários, suspensão de contratos, etc...) que tende a elevar a tensão entre capital e trabalho.

Além disso, o controle da pandemia, encarado como um desafio econômico de magnitude global pelo Banco Mundial e outras agências internacionais multilaterais, como observamos na proposta do texto para debate, estruturou-se em pressupostos como o da distinção entre trabalhadores "essenciais" e "não essenciais". Esta distinção, que representa uma forma de segmentar os trabalhadores, também pautou as medidas de controle da pandemia no Brasil.

Importante indicar os interesses econômicos das frações do capital, as disputas políticas na classe dominante e a ideologia investida nesta distinção. Uma das ações do governo federal para enfrentar as já tímidas medidas de distanciamento social pelos estados foi seguidamente ampliar a lista de atividades essenciais, por meio de vários decretos. Em que cada atualização da lista incorporou um crescente número de setores econômicos e atividades, que, por sua vez, pressionou a retomada mais acelerada das atividades econômicas inclusive as não incluídas na lista, as ditas não essenciais, em razão do alto grau de encadeamento e interdependência entre os setores.[9]

No entanto, desde o início da pandemia várias atividades não regulamentadas como essenciais seguiram funcionando ou retornaram precocemente suas atividades como, por exemplo, as indústrias da Zona Franca de Manaus-AM, no início de maio, embora a alta no número de casos e de mortes por Covid-19, o colapso do sistema público de saúde e do sistema funerário na Região Metropolitana de Manaus.[10] Ou seja, a exposição ao contágio, adoecimento e morte por Covid-19 alcança o conjunto dos trabalhadores, inclusive os das atividades consideradas "não essenciais", tanto mais com a crescente flexibilização das medidas de distanciamento social e o progressivo retorno das atividades econômicas observado nos últimos meses.[11]

---

[9] Desde a primeira regulamentação com e publicação do Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, a extensa lista de atividade essencial favoreceu ampliar o funcionamento das atividades inclusive pelo grau de generalização para as "cadeias produtivas" como em seu Art. 3º, § 2º "Também são consideradas essenciais as atividades acessórias, de suporte e a disponibilização dos insumos necessários a cadeia produtiva relativas ao exercício e ao funcionamento dos serviços públicos e das atividades essenciais." As seguidas publicações com ampliações da lista constam do Decreto nº 10.292, de 25 de março de 2020, Decreto nº 10.329, de 28 de abril de 2020, Decreto nº 10.342, de 7 de maio de 2020 e o Decreto nº 10.344, de 8 de maio de 2020, este último incluiu as atividades de construção civil; industriais; de salões beleza e barbearia; e academias de esporte de todas as modalidades. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10282.htm. Acesso em 24/10/2020.

[10] Coronavírus: 50 mil operários voltam ao trabalho na Zona Franca de Manaus. Portal de Notícias UOL, 02 de maio de 2020. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/02/coronavirus-50-mil-operarios-voltam-ao-trabalho-na-zona-franca-de-manaus.htm?cmpid=copiaecola. Acesso em: 24/10/2020. Não foi um fato isolado nem exclusivo ao Brasil, conforme texto de abertura deste debate.

[11] Neste conjunto devem ser incluídos também os trabalhadores desempregados, segundo inquérito da Prefeitura da capital paulista, os mais infectados pela Covid-19 na cidade de São Paulo. Ver Desempregados são os mais infectados pela Covid-19 na cidade de SP. Folha de São Paulo, 9 de outubro de 2020. Disponível em:

A maioria absoluta das Centrais Sindicais tem desconsiderado esse contexto e apenas seguido as ações isoladas e fragmentadas dos trabalhadores por empresa, setor e categoria e, como ilustram as greves dos operários na Renault-Paraná[12] e dos funcionários dos Correios que ganharam projeção nacional, sem qualquer iniciativa no sentido de ampliar, generalizar e unificar as lutas entre os trabalhadores como classe. O contexto de crise sanitária e econômica em curso reafirma e expõe os limites da organização sindical que segrega os trabalhadores por empresa e categorias e demais imposições da estrutura sindical vigente (PINA, et al, 2020). Trata-se de um longo percurso em que a defesa dessa política expressa o enraizamento da ideologia burguesa no movimento sindical e a aceitação da dominação de classe e da exploração capitalista (STOTZ; PINA, 2017).

A continuidade da ofensiva burguesia supõe a resistência operária e, neste processo, a emergência de lutas que questionam a estrutura sindical atrelada ao Estado e a possibilidade de reconstruir a organização independente dos trabalhadores como classe. Uma possibilidade, por exemplo, presente nas lutas em desenvolvimento entre os petroleiros terceirizados da Refinaria da Petrobrás na Baixada Santista-SP. Os sindicatos dos Petroleiros, dos Metalúrgicos, da Construção Civil e a Comissão de Desempregados de Cubatão, empreendem mobilização conjunta como a recente decretação de estado de greve durante a pandemia para forçar a aplicação de uma tabela salarial unificada no enfrentamento ao achatamento dos salários praticados pelas empresas contratadas na refinaria.[13]

Apesar das restrições à organização coletiva trazidas com as medidas de controle estabelecidas, resistências como acima relatadas tem caracterizado a situação em diferentes países, como o Chile, os Estados Unidos e a Indonésia. O conflito de classes ficou e continua latente no curso da pandemia. Esta última perspectiva analítica precisa ser ressaltada devido à visão simplificadora adotada pelos governos, com endosso da mídia e mesmo dos profissionais de saúde, de reduzir as medidas de enfrentamento da pandemia à necessidade de um comportamento "racional" das pessoas pertencentes a "grupos de risco" mediante medidas de distanciamento e de proteção, de modo a promover o "achatamento da curva" do contágio social para evitar o colapso dos serviços de atenção hospitalar.

Isto nos conduz a um segundo aspecto, ao do papel desempenhado pelo conhecimento científico no esclarecimento dos fenômenos da pandemia, ou seja, na "dinâmica das relações entre as populações de microorganismos e humanos". Mais precisamente, ao modo de abordagem dominante na ciência

---

https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/10/desempregados-sao-os-mais-infectados-pela-covid-19-na-cidade-de-sp.shtml. Acesso em 24/10/020.

[12] Centro de Estudos Victor Meyer. Greve da Renault – ensinamentos do ponto de vista de classe. 14 de agosto de 2020. Disponível em: http://centrovictormeyer.org.br/greve-da-renault-ensinamentos-do-ponto-de-vista-de-classe/ Centro de Estudos Victor Meyer. A greve na Renault: os operários em luta contra a exploração capitalista. 29 de julho de 2020. Disponível em: http://centrovictormeyer.org.br/a-greve-na-reunault-os-operarios-em-luta-contra-a-exploracao-capitalista/ Acesso em 14.08.2020.

[13] Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista. Em assembleia histórica, terceirizados aprovam estado de greve. 13 de outubro de 2020. Disponível em: http://www.sindipetrolp.org.br/noticias/27898/em-assembleia-historica-terceirizados-aprovam-estado-de-greve. Acesso em 24/10/2020.

debruçada sobre os desafios postos pela pandemia do novo coronavírus. O artigo "Mistérios do coronavirus: o que a ciência ainda não sabe sobre a pandemia da Covid-19" [14] sistematiza um conjunto destes desafios, a saber: origem do vírus, propagação da pandemia no país, infectividade viral e adoecimento, peso dos fatores de risco,circulação do vírus em crianças, latência do vírus no organismo humano, resposta imune, imunidade e vacinação.

A ausência de respostas claras sobre a variedade dos pontos assinalados, de um "padrão" ou de um "modelo" explicativo consistente é o destaque comum nas opiniões dos pesquisadores médicos, biólogos e de saúde pública. Consideremos aqui a questão proposta por Jamal Suleiman, médico do Instituto de Infectologia Emílio Ribas, de São Paulo:

> Por que algumas pessoas se intectam e outras não? Sabemos qual é a forma de transmissão, mas quais são os fatores determinantes que fazem com que alguns se infectem, e outros não, mesmo estando no mesmo espaço. Precisamos entender a infectividade do vírus e a suscetibilidade do receptor. [...] Falamos que idosos e pessoas com doenças crônicas são mais vulneráveis, mas ainda é muito raso. 15

As medidas adotadas para evitar a propagação da Covid-19 tem sido endurecidas ou abrandadas de acordo com a difícil equação entre o aumento ou diminuição do número de casos e as exigências econômicas do capitalismo em diferentes países, com distintos interesses de classe envolvidos. Diversos cientistas têm manifestado a opinião contrária à visão reducionista do conhecimento e a forma simplificadora das ações de enfrentamento da pandemia. Richard Horton (2020), editor-chefe da prestigiosa revista científica The Lancet, criticou o simplismo da idéia de risco de adoecimento e morte associado a co-morbidades para destacar a interação entre o vírus da Covid-19 e doenças não-transmissíveis no contexto social e ambiental marcado por "profunda desigualdade social". Por isso dever-se-ia falar em "sindemia", ao invés de pandemia, um neologismo que combina sinergia e pandemia, criado pelo antropólogo médico Merril Singer para explicar a interação por Horton. O que acarreta, de acordo com Tiff-Annie Kenny, pesquisadora da Universidade Laval (Canadá), a "passar da abordagem clássica da epidemiologia [em termos] de risco de transmissão para uma visão da pessoa em seu contexto social." [16]

Na raiz da dificuldade de compreensão científica está a própria abordagem reducionista da qual as ciências, principalmente da saúde, têm sido historicamente subsidiárias, isolando aspectos biológicos de sociais e tendendo sempre à especialização. Em contrapartida, devemos buscar uma aproximação dos fenômenos da pandemia baseada na complexidade, quer dizer, na totalidade concreta e histórica dos fenômenos em estudo, considerando diferentes níveis de determinação e sobre-determinação

[14] Mistérios do coronavirus: o que a ciência ainda não sabe sobre a pandemia da Covid-19. O Globo, 15 de setembro de 2020. Disponível em: https://oglobo.globo.com/sociedade/misterios-do-coronavirus-que-ciencia-ainda-nao-sabe-sobre-pandemia-da-covid-19-24635159 Acesso em 24/10/2020.
[15] Idem.
[16] BBC News Mundo, 10/10/2020: 'Covid-19 não é pandemia, mas sindemia': o que essa perspectiva científica muda no tratamento. Disponível em https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54493785. Acesso em 16.10.2020.

ou condicionamento e a sua diversidade, tal como apontada por Richard Levins (2016) e desenvolvida por Wallace (2020).

É fundamental assumir o desafio de pensar a pandemia no contexto da produção capitalista, sobretudo, a agropecuária (WALLACE, 2020). Vozes nesta direção, ainda que sem todas as consequências necessárias, já se haviam manifestado anteriormente, mas voltaram a ser escutadas no momento mais crítico da pandemia, em julho, quando o tema das causas da pandemia foi colocado em destaque. Uma referência é Delia Grace, epidemiológica e veterinária do Instituto de Recursos Naturais da Universidade de Greenwich, em Londres, e membro do Instituto Internacional de Investigações Pecuárias, com sede no Kenia. Ela é uma das responsáveis pelo Informe "Prevenindo a próxima pandemia: as zoonoses e como romper a cadeia de transmissão". [17] A menos que se identifiquem as fontes da crise sanitária teremos mais pandemias, declarou ela em entrevista prestada à BBC News Mundo.

Com base numa pesquisa realizada com Kate Jones, da University College of London, Delia Grace afirma que 75% das enfermidades infecciosas emergentes de 1934 a 2010 tiveram como fonte animais selvagens, os quais lograram atingir seres humanos mediante a "ponte" dos animais domésticos, especialmente frangos, porcos e outros tipos de gado. O que impulsiona a emergência de pandemias como a do coronavírus, antecedida pelas chamadas gripes aviária e suína, afirma ela, consiste na demanda de proteína de origem animal, acarretando uma aumento da pecuária em escala industrial. Animais que passam por seleção genética, pertencentes a mesmos tipos genéticos similares, vacinados, alimentados para crescer o mais rápido possível e estressados a tal ponto por estas condições de crescimento que sofrem uma vida de dor agonizante devido a lesões nas pernas e patas. E animais estressados sofrem, tem seus sistemas imunológicos debilitados e tal como os seres humanos, a baixa na imunidade favorece o adoecimento. Ademais, em muitos países, como foi o caso do México no caso da gripe suína e da China no da gripe aviária, as medidas de biossegurança tem se mostrado bastante falhas, permitindo o contato e o transbordamento de vírus entre animais silvestres e animais de pecuária industrial e para os seres humanos.[18] Um processo em curso também no Brasil como expresso no surgimento de uma nova variante da Influenza A H1N2 com potencial pandêmico, identificada em junho deste ano pela Fiocruz a partir de um caso de uma mulher de 22 anos, que adoeceu em abril e se recuperou, trabalhadora de um frigorífico de carne suína do Paraná.[19]

---

[17] O Informe da ONU encontra-se disponível em https://www.unenvironment.org/resources/report/preventing-future-zoonotic-disease-outbreaks-protecting-environment-animals-and Acesso em 16.10.2020.

[18] BBC News Mundo, 21/07/2020: "El mundo está tratando los síntomas de la pandemia de covid-19, pero no las causas". Disponível em https://www.bbc.com/mundo/noticias-53435056
Acesso em 16.10.2020.

[19] "'Brasil precisa estar alerta', diz virologista da Fiocruz sobre potencial pandêmico de vírus descoberto no Paraná. O Globo, 27 de julho de 2020. Disponível em: https://oglobo.globo.com/sociedade/saude/brasil-

O *establishment* resiste, apesar de todas as evidências contrárias e o olhar biomédico prevalece. Talvez seja a razão pela qual o editor-chefe da Lancet faça uma declaração tão peremptória:

> Não importa quão eficaz seja um tratamento ou quão protetora seja uma vacina, a busca por uma solução puramente biomédica contra a covid-19 vai falhar.20

Para concluir: persistem as características da pandemia, enquanto incertezas colocam em questão tanto o conhecimento científico vigente como as tradições organizativas e políticas predominantes nos movimentos dos trabalhadores desde a segunda guerra.

Não podemos deixar de observar a situação profunda, prolongada e amplamente defensiva em que se encontram as forças do trabalho frente ao capital em todo mundo, principalmente nos países imperialistas. Profunda: a maioria das organizações criadas pelo movimento operário no século XX (sindicatos, partidos) encontram-se integradas no sistema capitalista, limitando-se a preservar os espaços indispensáveis à reprodução da camada dirigente de tais organizações. Prolongada: desde pelo menos as grandes lutas de 1968-69 na Europa (França e Itália, sobretudo), mas com diferenças qualitativas em termos de subordinação na medida do avanço do processo de automação industrial dos anos 1990 para cá, dos contratos que dividem a classe trabalhadora em um setor supostamente socialmente protegido e outro não, da ênfase na luta pelo salário condicionado à metas de produção que além de alargar a divisão, estiola a força de trabalho condenando-a a um envelhecimento e adoecimento precoce.

Se nos anos 2018 e 2019 houve uma retomada das manifestações coletivas e retomada das greves, notadamente na França [[21]] e nos EUA [[22]], esse processo foi interrompido em 2020 pelas medidas de controle impostas para evitar a propagação da pandemia de coronavírus. Apesar de algumas greves selvagens e confrontos diretos contra os patrões, as demissões massivas e os contratos de redução de jornada e de salário postos em prática em todo mundo mantêm o movimento operário na defensiva.

A tendência da retomada do crescimento econômico, compreendida pela OCDE como "fase de recuperação" da pandemia [[23]], permite prever a retomada da pauta das reivindicações dos trabalhadores cujo nível de vida foi extremamente reduzido durante a pandemia. Porém os desafios

---

precisa-estar-alerta-diz-virologista-da-fiocruz-sobre-potencial-pandemico-de-virus-descoberto-no-parana-24549633. Acesso em 24.10.2020.

[20] BBC News Mundo, 10/10/2020: 'Covid-19 não é pandemia, mas sindemia': o que essa perspectiva científica muda no tratamento. Disponível em https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54493785. Acesso em 16.10.2020.

[21] Gourgues, Guillaume e Quijoux, Maxime. Em Francia, la huelga y los sindicatos no pierden fuelle. El Salto, 24 enero 2020. Disponível em https://www.elsaltodiario.com/movimiento-obrero/francia-huelga-sindicatos-no-pierden-fuelle Acesso em 16.10.2020.

[22] Yeats, M. COVID-19, Economic Depression, and the Black Lives Matter Protests. Will the Triple Crisis Bring a Working-Class Revolt in the United States? Monthly Review, v.72, n. 4, sep. 2020. Disponível em https://monthlyreview.org/2020/09/01/covid-19-economic-depression-and-the-black-lives-matter-protests/ Acesso em 16.10.2020.

[23] Carta IEDI n. 1012 – A pandemia de Covid-19 e os riscos às CGV – 4 de julho de 2020.

organizatórios e políticos não são pequenos. Como adverte Yeats (2020), sindicatos e partidos trabalhistas terão de ser reconstruídos dentro de um espírito de classe.

REFERENCIAS

HORTON, Richard. **COVID-19 is not a pandemic**. The Lancet, v. 396, n. 10255, p. 874, 26 Set 2020. Disponível em: https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)32000-6/fulltext

YEATS, Michael. **COVID-19, Economic Depression, and the Black Lives Matter Protests. Will the Triple Crisis Bring a Working-Class Revolt in the United States?** Monthly Review, v.72, n. 4, sep. 2020. Disponível em: https://monthlyreview.org/2020/09/01/covid-19-economic-depression-and-the-black-lives-matter-protests/

LEVINS, Richard. **Living the Eleventh Thesis**. Monthly Review, 01 de abril de 2016. Disponível em: https://monthlyreview.org/2016/04/01/living-the-eleventh-thesis/ Acesso em: 24/10/2020.

PINA, Jose Augusto; EBERHARDT, Leonardo Dresch; STOTZ, Eduardo Navarro; BECHARA MAXTA, Bruno Souza; ESTEVES, Thais Vieira; MAGALHÃES, Elaine Cristina Vieira de. **Movimento operário na luta pela saúde no Brasil: o atrelamento sindical ao Estado em questão**. In: Ivar Oddone et al. (Org.). Ambiente de trabalho: a luta dos trabalhadores pela saúde. [tradução Salvador Obiol de Freitas]. - 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2020. p.235-248

STOTZ, Eduardo Navarro; PINA, Jose Augusto. **Experiência operária e ciência na luta pela saúde e a emancipação social**. Rev. bras. saúde ocup., São Paulo, v. 42, e12, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572017000100303&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24/10/2020.

WALLACE, Rob. **Big Farms Make Big Flu: Dispatches on Influenza, Agribusiness and Nature of Science**. New York: Monthly Review, 2016. A obra foi traduzida no Brasil com o título “Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência”, publicada pela editora Elefante em 2020.

resenha

"A epidemia como fato social", de Evan Stark

"The epidemic as a social event", de Evan Stark
"La epidemia como hecho social", de Evan Stark

Luiz Ricardo Schiavinato Valente
PPGEO-UERJ
Rio de Janeiro, RJ - Brasil
luiz.s.valente@hotmail.com

Evan Stark é um sociólogo, assistente social e pesquisador estadunidense premiado e com reputação e reconhecimento internacional por seu trabalho inovador nas dimensões jurídica, política e de saúde da violência interpessoal, incluindo seus efeitos sobre as crianças. Seu premiado livro "*Coercive Control: The Entrapment of Women in Personal Life*" publicado pela editora Oxford, foi considerado o livro de destaque nas ciências sociais pela *Association of American Publishers* em 2007 e influenciou o Reino Unido e outros países da Europa a expandir suas definições de violência doméstica para incluir o controle coercitivo.

No ano de 1977, pouco antes de atuar como pesquisador associado do Centro de Saúde e Estudos Sociais e Políticas da Universidade de Yale, Stark publicou no *International Journal of Health Services* um artigo intitulado, em tradução livre para o português, "A Epidemia Como Fato Social". No trabalho, o sociólogo investiga e discute as doenças como fatos socialmente construídos que ocorrem tendo as condições e relações sociais como causas determinantes. Apesar do texto já possuir mais de 30 anos, aborda um tema atual com questões contemporâneas presentes na organização da sociedade nos moldes atuais, emergindo discussões que há muito já são tratadas por estudiosos de diversas áreas do conhecimento no mundo todo.

O significado de "epidemia" reproduzido por alguns dicionários como "aumento súbito do número de casos de qualquer doença ou de qualquer fenômeno anômalo e negativo" (HOUAISS, 2004) se aproxima com o que significa o termo para os epidemiologistas "um súbito pico na mortalidade secundariamente relacionado a uma doença mais geral ou a processos sociais" (STARK, 1977, p. 695). Dessa forma, Stark revisita as epidemias ocorridas ao longo da história e que acometeram grande parte da população para procurar associações que demonstrem que estas ocorreram quando empresas ou nações tentavam resolver seus problemas econômicos a partir de uma lógica capitalista, desenvolvendo grandes desigualdades entre as necessidades sociais de uma força de trabalho em expansão e os bens e serviços disponíveis naquele momento.

Stark chama a atenção para o fato de que os principais determinantes para a morte e doença da população do ocidente mudaram gradativamente ao longo do tempo. Das infecções e doenças

transmissíveis, disseminadas desde a idade média por más condições de higiene, má nutrição ou superpopulação, para uma cadeia de fatores sociais complexos ligados principalmente a desigualdades de acesso e vulnerabilidades sociais.

A doença também foi importada para as Américas durante as grandes navegações no século XV e XVI, onde europeus traziam vírus e bactérias exóticas para a natureza daquele território que chamavam de "Novo Mundo". A população indígena que ali habitava, livre dos anticorpos acumulados pela exposição posterior às doenças, acabavam morrendo aos milhares por doenças consideradas simples pela medicina atualmente, como uma gripe comum, sarampo e catapora, como nos conta o etnologista Darcy Ribeiro (RIBEIRO, 1996). Alguns estudiosos, entre eles o historiador brasilianista Warren DEAN (1996), consideram a epidemia de novas doenças nas Américas como ferramenta de dominação social dos grupos indígenas por parte dos colonizadores europeus.

Para além disso, nesse mesmo período, as doenças, catástrofes e mortes eram vistas por uma ótica teocentrista, como destino fadado ou castigo para aquele que era acometido e, por isso, surtos e doenças traziam terror para cidades inteiras.

Dessa maneira, o infortúnio da doença, da morte e das catástrofes não seguia linha social e o risco de ser acometido por alguma dessas enfermidades possuía pouca dependência com a situação econômica de grupos. Stark também destaca que os filósofos médicos nos anos de 1700 apontavam catástrofes naturais para explicar a clara injustiça das epidemias que atacavam os ricos assim como os pobres (STARK, 1977, 690 pp.).

A primeira revolução industrial realizada sob o novo objetivo de dominação do homem sobre a natureza trouxe mazelas e cura ao mesmo tempo. Os avanços tecnológicos proporcionados pela revolução industrial contribuíram com a criação de remédios e vacinas erradicando algumas doenças, além de aumentar a expectativa de vida da população por conta da melhoria e das pesquisas na medicina e na farmacologia.

Em contraponto, as novas formas de produção e de exploração de pessoas e recursos naturais trouxeram impactos sociais relacionados ao trabalho e impactos ambientais relacionados ao aumento da poluição do ar e das águas, erosão de solos e desmatamento. As relações sociais acaloradas pelo novo modo de vida nas cidades industriais emergiram em conjunto com a lógica exploratória capitalista e a degradação do ambiente contribuiu para o aumento de chuvas ácidas e problemas respiratórios na população.

Stark utiliza Marx, em O Capital, para lembrar que a ganância do capitalista pelo lucro o levou a aumentar as horas de trabalho dos operários. A partir disso a saúde deles se deteriora e a luta de classe se intensifica. Ele continua dizendo que as epidemias muitas vezes começaram da mesma forma que as rebeliões e lutas de classe, onde as condições de vida e trabalho nas cidades, fábricas

ou bairros pobres foram colocadas abaixo dos padrões negociados em lutas anteriores (STARK, 1977, 692 pp.).

Nessa perspectiva, Stark apresenta a ideia de causação socialmente construída e determinada. Dentre os determinantes ligados aos fatores sociais estão os acidentes, desastres e as principais doenças crônicas: câncer e doenças cardíacas como o infarto, além de situações extremas causadas pelo estresse. A lógica de valoração do solo urbano com infraestrutura adequada por meio da especulação imobiliária força populações mais pobres a habitar áreas impróprias para ocupação e sem infraestrutura adequada. Sem saneamento básico e sem abastecimento de água, essa população fica vulnerável a doenças como tuberculose e leptospirose e a desastres relacionados a processos erosivos que atuam no terreno e que podem causar mortes e prejuízos financeiros.

Em "A Epidemia Como Fato Social" Stark utiliza uma epidemia de febre amarela ocorrida em Nova Orleans, nos Estados Unidos, em 1853, como exemplo para a dinâmica da política interna associada com o processo de doença. Ele divide a epidemia em seis estágios:

No estágio I há a irrupção da epidemia, mudando gradualmente toda a dinâmica social e econômica de uma localidade por conta da nova realidade vigente.

O estágio II é chamado pelo autor de "Tendência de Queda e Êxodo", onde os negócios são efetivamente afetados e muitos fechados pela crise econômica causada pela epidemia e trabalhadores sem trabalho tendem a migrar.

"O Colapso da Autoridade e o Desafio que Vinha de Baixo" é o nome dado ao estágio III, em que a autoridade local começa a perder força e poder quando seus próprios funcionários são acometidos pela doença ou, utilizando de seus privilégios de classe média, se negam a se expor ao risco de trabalhar neste período.

O estágio IV descreve "O Surgimento da Comunidade". O autor conta que os "sobreviventes" da epidemia começam a se juntar em grupos que são unidos por alguma característica ou gosto em comum como forma de manter a ordem. A partir daí, questões filosóficas emergem e se juntam ao êxtase a que essa população está submetida nesse momento.

Stark chega ao estágio V com "A Declaração da Epidemia" onde, sem conseguir mascarar a situação vigente, as autoridades são obrigadas a assumir um certo fracasso no que se refere ao controle da doença e ao mesmo tempo precisam reivindicar que uma maior parte do excedente financeiro seja investido em serviços sociais. Nesse momento, as classes alta e média enviam doações para os mais pobres e as políticas sociais públicas de emergência aparecem com mais força.

Por fim, Stark apresenta o estágio VI: "A Reconstituição da Autoridade". Nesse estágio a classe hegemônica no poder utiliza-se da situação gerada pela epidemia para aumentar tipos de repressão e aprovar demandas e reformas que os favoreçam de alguma forma.

Evan Stark apresenta no seu texto diversos exemplos dos estágios a partir de fatos ocorridos nos últimos séculos em uma série de países.

Em meio à situação provocada pela pandemia do novo coronavírus, pode-se associar muito o texto de 1977 aos fatos ocorridos até então no ano de 2020 no Brasil. Apesar da doença causada pela contaminação da Covid-19 se assemelhar com um caráter democrático, os riscos, os impactos e as mortes causadas durante a pandemia do novo coronavírus não são homogêneas. Na verdade são socialmente construídas e influenciadas.

Assim como a palavra “pandemia” se assemelha na grafia com “epidemia”, elas também se aproximam na semântica. De acordo com o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2004), “pandemia” é o “surto de uma doença com distribuição geográfica internacional muito alargada e simultânea”.

Numa realidade brasileira onde o acesso a serviços, educação, saúde e habitação são amplamente desiguais entre a população por motivos historicamente construídos, os riscos, o impacto e as consequências econômicas geradas pela crise da covid-19 também parece refletir com mais intensidade na população mais vulnerável. Bem como coloca a geógrafa francesa Yvette VeyreT (2007), os riscos são fruto de uma construção social.

Num contexto de pandemia onde os meios de prevenção são iguais para toda a população, emergem as desigualdades sociais, os riscos e as vulnerabilidades de cada grupo. Essa situação é explícita na primeira morte causada pelo novo coronavírus no estado do Rio de Janeiro, por exemplo. Uma empregada doméstica que prestava serviços em um dos bairros mais caros do Brasil para uma mulher que, recém chegada da Itália, contaminou sua funcionária. A trabalhadora doméstica morre uma semana depois, a patroa não (REVISTA EXAME, 2020). Essa simples comparação pode ignorar possíveis diferenças na saúde e nos hábitos individuais das mulheres, mas ilustra que as diferenças também são causadas pelos fatores sociais que Stark nos apresenta em seu texto.

O mesmo parece acontecer com o atual surto de febre amarela que ocorre no Brasil. Apesar de não haver dados oficiais que associem a situação socioeconômica com os atingidos por febre amarela no país, Paulo Buss, sanitarista e diretor do Centro de Relações Internacionais da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) afirma que a grande maioria das vítimas é de agricultores pobres (BBB BRASIL, 2018). O acesso à saúde no meio rural, trabalhos extrativistas de baixa remuneração, local de moradia e a forma de ocupação são fatores que podem explicar a maior vulnerabilidade dessa população à febre amarela no Brasil.

Menos discutido no texto estadunidense do final dos anos 1970 de STARK - porém de grande relevância nos estudos brasileiros -, é a questão racial como fator para a desigualdade e para causas de adoecimento e morte. O Brasil possui a maior concentração de população negra fora da África (SILVA, 2000) e estudos mais recentes, como em Goodman (2000) e Chor e Lima (2005), associam cada vez mais as diferentes vulnerabilidades dos grupos étnicos, tendo o fator da cor como determinante para definir as desigualdades e o maior índice de adoecimento e morte. Essa premissa pode ser aplicada no Brasil baseando-se em indicadores sociais que demonstram que a população negra apresenta pior nível em educação, renda, habitação, saúde, maior adoecimento e maior mortalidade, além de residir em áreas desprovidas de infraestrutura básica, e com pior acesso aos serviços de saúde pública (IPEA, 2002).

Os indicadores sociais disponibilizados pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas apresentam um retrato da desigualdade socialmente e historicamente construída no Brasil e se associam com o texto de Evan Stark. A lógica aplicada na formação das cidades, o racismo estrutural, a histórica acumulação do capital e tantos outros fatores fizeram com que grande parte da população vivesse à margem do que era oferecido para uma minoria hegemônica e detentora do capital no Brasil. O amplo acesso e os privilégios de uma minoria são apoiados na privação e nos riscos que uma maioria composta, principalmente, pela classe trabalhadora, está exposta. É nesse sentido que o sociólogo alemão Ulrich Beck (1986) diz que a produção social da riqueza é acompanhada pela produção social dos riscos.

A discussão atemporal tratada no texto por Stark chama atenção para a importância das discussões e questionamentos críticos no campo social e por fim, o autor conclui que a doença é implantada pelo capitalismo, e uma vez que ela é um processo social, também gera políticas, economia e pensamento. A saúde é vista pelo autor como uma demanda social mais ampla e com muitos determinantes, tentando afastar o pensamento capitalista mercadológico vigente.

"No movimento de emancipar o Homem da determinação natural, o capital e o trabalho socializaram a si mesmos e também a biologia. Mas ao fazer isto, prepararam sem o saber o caminho para a unificação da Biologia e da Razão, da Saúde e da Liberdade." (STARK, 1977, 704 pp.)

REFERÊNCIAS

BBC BRASIL. **Da contaminação ao tratamento, o papel da desigualdade no atual surto de febre amarela no país.** Por Mariana Alvim. São Paulo: BBC Brasil, 2018. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/amp/brasil-43720715 Último acesso em 01/08/2020.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco:** rumo a uma nova modern**idade**. São Paulo: Ed. 34., 1986. 23-60p.

CHOR, Dora; LIMA, Claudia Risso de Araujo. Aspectos epidemiológicos das desigualdades raciais em saúde no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v.21, n.5, p.1586-94, 2005.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**: verbete pandemia. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo:** A história e a devastação da mata atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GOODMAN, Alan H. Why genes don't count (for racial differences in health). **Am. J. Public Health**, v.90, p.1699-702, 2000.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS - IPEA. **Desigualdades raciais no Brasil**: um balanço de intervenção governamental. Brasília: IPEA, 2002.

REVISTA EXAME. **1ª vítima do coronavírus no Rio era doméstica e foi contaminada no Leblon**. Por Mariana Simões. Rio de Janeiro: Agência Pública, 2020. Disponível em: https://exame.com/brasil/1a-vitima-do-coronavirus-no-rio-era-domestica-e-foi-contaminada-no-leblon/ Último acesso em 20/06/2020.

RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização. **A integração das populações indígenas no Brasil moderno**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

SILVA, Nelson do Valle. Cor e mobilidade ocupacional. In: SILVA, N.V.; PASTORE, J. (Orgs.). **Mobilidade social no Brasil**. São Paulo: Makron Books, 2000. p.85-98.

STARK, Evan. The epidemic as a social event. **International Journal of Health Services**. 7(4). Baywood Publishing Co, l977. 68l-705pp.

VEYRET, Yvette. **Os riscos:** o homem como agressor e vítima do meio ambiente. São Paulo: Contexto, 2007. 11-79p.